

ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO

Edital 17/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|----------------------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 17/2026 | 180174-ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO | TAIANY CAROLINE SANTANA DA SILVA | 02/06/2026 15:55 (v 0.10) |
| Status | DISPONIBILIZADO | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | 20/2026 | 057.00112648/2026-00 |

PREGÃO ELETRÔNICO SRP

PR-174/0017/26 - 90017/2026

CONTRATANTE (UASG)

180174 - Academia de Polícia Militar do Barro Branco

OBJETO

Constituição de registro de preços para aquisições futuras de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico,

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 498.681,73

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/06/2026 às 08h30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Exclusivo ME/EPP

Sumário

| | | |
|----|---|----|
| 1 | DO OBJETO | 3 |
| 2 | DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3 | DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 4 |
| 4 | DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5 | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 6 |
| 6 | DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 7 |
| 7 | DA FASE DE JULGAMENTO | 11 |
| 8 | DA FASE DE HABILITAÇÃO | 12 |
| 9 | DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 14 |
| 10 | DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 14 |
| 11 | DOS RECURSOS | 15 |
| 12 | DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 15 |
| 13 | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 17 |
| 14 | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 18 |
| 15 | RESPONSÁVEIS | 20 |

Preâmbulo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO BARRO BRANCO



PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° PR-174/0017/26 - 90017/2026

PROCESSO SEI N° 057.00112648/2026-00

PROCESSO SIAFEM N° 20260425673

Torna-se público que o Estado de São Paulo - Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio do Seção de Finanças da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (UGE 180174), sediado a Avenida Água Fria, 1923, Tucuruvi, São Paulo - SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a constituição de registro de preços para a aquisição de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

2.1.1. Com supedâneo no inciso I do artigo 7º do decreto 11.462/2023 e § 1º do artigo 86 da Lei 14.133/2021, considerando que a APMBB será o único órgão contratante e diante da ausência de estrutura administrativa satisfatória e insuficiência de pessoal para gerenciar possíveis participantes de outros órgãos, a administração da APMBB não realizará a divulgação da intenção de registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.4.1 ou no subitem 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido

previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.1. o presente prazo é imprescindível tendo em vista que a licitação será realizada com indicação de recursos. E devido a necessidade de trâmites administrativos internos para o repasse do recurso, se faz necessária a imposição de um prazo maior de validade de proposta com o objetivo em trazer segurança jurídica e financeira ao processo licitatório e ao atendimento da necessidade pública da contratação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O fornecedor que for pessoa física não empresária, ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.11.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata a subdivisão acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.

5.12. Na hipótese de que trata o § 1º do art. 18-B da Lei Complementar nº 123, de 2006, o fornecedor que for Microempreendedor Individual (MEI), ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.12.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata a subdivisão acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, correspondendo ao menor preço.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser para:

6.8.1. o item 1: R\$ 0,55;

6.8.2. o item 2: R\$ 0,65;

6.8.3. o item 3: R\$ 0,26;

6.8.4. o item 4: R\$ 0,80;
6.8.5. o item 5: R\$ 0,40.
6.8.6. o item 6: R\$ 1,22;
6.8.7. o item 7: R\$ 0,30;
6.8.8. o item 8: R\$ 0,30;
6.8.9. o item 9: R\$ 6,00;
6.8.10. o item 10: R\$ 2,00;
6.8.11. o item 11: R\$ 0,20;
6.8.12. o item 12: R\$ 0,06;
6.8.13. o item 13: R\$ 0,20;
6.8.14. o item 14: R\$ 0,15;
6.8.15. o item 15: R\$ 0,15;
6.8.16. o item 16: R\$ 2,50;
6.8.17. o item 17: R\$ 0,40;
6.8.18. o item 18: R\$ 0,15;
6.8.19. o item 19: R\$ 0,08;
6.8.20. o item 20: R\$ 10,00;
6.8.21. o item 21: R\$ 7,00;
6.8.22. o item 22: R\$ 5,00;
6.8.23. o item 23: R\$ 3,00;
6.8.24. o item 24: R\$ 0,50;
6.8.25. o item 25: R\$ 0,30;
6.8.26. o item 26: R\$ 0,25;
6.8.27. o item 27: R\$ 5,00;
6.8.28. o item 28: R\$ 0,20;
6.8.29. o item 29: R\$ 4,00;
6.8.30. o item 30: R\$ 7,00;
6.8.31. o item 31: R\$ 2,00;
6.8.32. o item 32: R\$ 0,50;
6.8.33. o item 33: R\$ 2,00;
6.8.34. o item 34: R\$ 0,30;
6.8.35. o item 35: R\$ 0,70;
6.8.36. o item 36: R\$ 3,00;
6.8.37. o item 37: R\$ 12,00;

6.8.38. o item 38: R\$ 35,00;

6.8.39. o item 39: R\$ 6,50;

6.8.40. o item 40: R\$ 160,00;

6.8.41. o item 41: R\$ 1,50;

6.8.42. o item 42: R\$ 1,50;

6.8.43. o item 43: R\$ 1,50;

6.8.44. o item 44: R\$ 0,20;

6.8.45. o item 45: R\$ 0,60;

6.8.46. o item 46: R\$ 1,00;

6.8.47. o item 47: R\$ 0,15;

6.8.48. o item 48: R\$ 0,15.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.3.1. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5. e 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital .

9. Da ata de registro de preços

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.4. Após o fim da fase recursal, que sucederá à habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar, será aberto um prazo de 2 (duas) horas para que os demais fornecedores interessados em integrar o cadastro reserva possam se manifestar.

10.4.1. Os fornecedores deverão enviar um e-mail para ampbbuge@policiamilitar.sp.gov.br, contendo sua proposta assinada, especificando os itens em que desejam participar do cadastro reserva.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico apmbbuge@policiamilitar.sp.gov.br.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. As sanções serão aplicadas em conformidade com a Resolução nº SSP05/2026, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 26MAR26, que integra este instrumento, após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:

12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: apmbbuge@policiamilitar.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema COMPRASGOV, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho a assinatura de Nota de Empenho.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1 As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico apmbbuga@policiamilitar.sp.gov.br.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;

14.15.3. ANEXO III - Modelo de planilha de proposta;

14.17.4. ANEXO IV - Modelo(s) de Declaração(ões);

14.17.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.17.6. ANEXO VI - Resolução SSP-05/2026 - Aplicação das sanções no âmbito da SSP.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPPE ANSELMO COSMO

2º Sgt PM - Responsável pelo Edital



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 15:55:51.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - TR_180174_000024_2026_com_sigilo (1).pdf (198.38 KB)
- Anexo II - ANEXO II - ETP180174_000018_2026__6_.pdf (148.53 KB)
- Anexo III - ANEXO III - Modelo de Planilha de Proposta.pdf (78.82 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - Modelo de Declaracoes.pdf (7.99 KB)
- Anexo V - ANEXO V - ARP_180174-000010-2026.pdf (226.93 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI - Resolucao_SSP_5_2026.pdf (4.79 MB)

ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO

Termo de Referência 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

24/2026

180174-ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO

Editado por

MARCIO CHIURATTO

Atualizado em

12/05/2026 15:32 (v 0.10)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

057.00112648/2026-00

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | SIAFÍSICO BEC | CÓDIGO COMPRAS GOV (catmat) | UNIDADE MEDIDA | QUANT | VALOR UNITÁRIO | UNITÁRIO VALOR TOTAL |
|------|---|------------------|--------------------------------------|-------------------|-------|-------------------|----------------------------|
| 1 | Alicate para Uso Geral; Tipo Universal, Em Aco Cromo Vanadio, Com Tratamento Termico Total e Inducao No Corte; Medindo 8 Polegadas; Com Cabo Isolado Em Pvc para Ate 1000 V; Acabamento Fosfatizado, Com Faces Lixadas; Com Bico Reto; para Corte Duro; | 4275144 | 445372 | Unidade | 10 | R\$ 55,55 | R\$ 555,50 |
| 2 | Alicate para Uso Geral; Bico Meia Cana Com Cortador; Medindo 6"; Isolado para Tensoes de 1000vca,cabo Curvo Antideslizante Com Aba Protetora; Aco Cromo Vanadio, | 5909058 | 215110 | Unidade | 10 | _____ | _____ |

| | | | | | | | |
|---|---|---------|--------|---------|----|------------|------------|
| | Polido, Zona de Corte Temperada por Indução; Bico Reto Com Ranhuras; Conforme Nbr 9699, Acondicionamento Em Blister; | | | | | | |
| 3 | Soldador; Cabo Em Termoplastico, Corpo Em Metal Resistente; Tipo Ferro de Solda; Funcionamento Por Resistencia Eletrica; Sem Regulador; Potencia Nominal 60w; Voltagem 220 V; | 5479070 | 245530 | Unidade | 5 | R\$ 26,04 | R\$ 130,00 |
| 4 | Alicate para Uso Geral; Alicate de Pressao para Soldagem Ou Montagem; Medindo 10", Comprimento Total 250mm; Com Mordente Curvo - Aperto Prolongando - Contendo Dispositivo de Trava, Mola e Parafuso de Ajuste; | 6167047 | 468613 | Unidade | 10 | R\$ 77,96 | R\$ 779,60 |
| 5 | Martelo; Tipo Unha; Pesando Aproximadamente 750g; Diametro Aproximado Da Cabeça de 27mm; Cabeça de Aço Forjado e Cabo Em Fibra de Vidro; | 6357466 | 400942 | Unidade | 10 | R\$ 38,92 | R\$ 389,20 |
| 6 | Jogo de Chave; Tipo Chave de Fenda e Chave Philips; Em Aço Cromo Vanadio, Com Cabo Em Polipropileno; Com Pontas Magnetizadas; Philips N0x3";n1x3";n2x4";n2x1.1/2"; fenda 3/16"x1.1/2";1/8"x3";3/16"x3";1/4"x4";5/16"x6";1/4"x1.1/2"; Contendo 10 Peças; | 6167098 | 445941 | Jogo | 5 | R\$ 122,38 | R\$ 611,90 |
| 7 | Passa Fio; de Aço Revestido de Polipropileno Reforcado; Ponta de Tração Soldada Confeccionada Em Latao; 20 Metros | 4979010 | 379008 | Unidade | 10 | _____ | _____ |
| | Fita Isolante; Dorso de Pvc, Recoberta Com Adesivo a Base de Borracha Sensível a Pressão; Cor Preta; Largura: 19 Mm; Espessura: 0,19 Mm; | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|---|---------|--------|----------------|--------------|-------|-------|
| 8 | Temperatura: 105 Graus Celsius, Classificacao de Voltagem 750v; Resistencia a Tracao: 158 N/ 100mmm; Alongamento: 210%; Norma Tecnica: Abnt Nbr Nm 60454-3-1 Tipo 9 Classe A; | 6019552 | 335817 | Rolo 20 metros | 150 | _____ | _____ |
| 9 | Extensao Paralela; 2 x S=2. 5mm2, Cabo Pp; Corrente 20a; Tensao de 250v; Com 3 Tomadas Padrao Abnt Nbr 14136; Formato Carretel Com Suporte Metalico para Sustentacao e Transporte; 30 Merros | 5841372 | 451652 | Unidade | 5 | _____ | _____ |
| 10 | Chuveiro Eletrico; de Termoplastico; Na Voltagem de 220v; Com Controle de temperatura eletronico; e Potencia de 6800w; Ducha Manual Com Mangueira; Na Cor Branca; Com Rosca de 3 /4"; de Trabalho de 40mca (400kpa);vazão 6L/Min; dimensões aproximada 22,8 x10,2x38,3 cm ; peso 0,88 Kg; Consumo de 34 Kwh/mês; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes, Garantia Minima de 12 Meses; | 4955846 | 636331 | Unidade | 200 | _____ | _____ |
| 11 | Lampada Tubular Leds; Bulbo T8 Branco Leitoso; Base G13; Comprimento 1200mm x Diametro Aproximado 25mm; Potencia 18 Watts; Tensao 100 a 240 Vca; 60 Hz; Leds Smd; Fluxo Luminoso Maior Ou Igual a 1800lm; Temperatura Da Cor 6000 a 6500k; Angulo do Feixe Luminoso Maior Ou Igual a 120°; Fator de Potencia Maior Ou Igual a 0,92; Irc Maior Ou Igual a 85%; Vida Util Maior Ou Igual a 20.000 Horas; Alimentacao Unilateral, Fases Na Mesma Extremidade; de Acordo Com Nbr/abnt Vigentes; | 6031781 | 444603 | Unidade | 1.500 | _____ | _____ |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|--|---------|--------|---------------|-------------|-----------|--------------|
| 12 | Lampada de Led; de Plastico, Vidro e Metal; Formato do Bulbo: Esferico; Dimensoes: 111mm x 40mm (cxl); Base: E27; Potencia: 12w; Fluxo Luminoso: 1311 Lumens; Tensao de Trabalho: Bivolt; Vida Util: 25000 Horas; Temperatura de Cor: 3000k; Fator de Potencia Maior Ou Igual a 0,7; | 6031242 | 435130 | Unidade | 1000 | _____ | _____ |
| 13 | Tomada Eletrica; de Termoplastico; de Embutir Dupla; No Formato Hexagonal; Com 2 Polos + Terra, Padrao Brasileiro; Redondo; Na Cor Branca; Com Capacidade Eletrica de 20a - 250v; Com Espelho e Parafusos para Fixacao; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Nbr Nm 60884-1 e Nbr 14136, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | 6089720 | 399545 | Unidade | 200 | _____ | _____ |
| 14 | Interruptor Eletrico; de Termoplastico,; de De Embutir; Intermediario Paralelo; Com Uma Tecla; Na Cor Na Cor Branco; Placa de 4"x2",; Com Com 10a-250v; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes; | 3433625 | 329179 | Unidade | 150 | _____ | _____ |
| 15 | Eletroduto Rigido de Aco-carbono, Rosca Nbr 8133; Galvanizado; Diametro de 3/4 Polegadas (19mm), Serie Leve; Conforme Nbr 13057; | 6070604 | 430253 | Barra 3 Metro | 100 | R\$ 15,39 | R\$ 1.539,00 |
| | Luminaria de Led; Corpo Em Aluminio, Tipo Refletor; No Formato Retangular; Medindo Aproximadamente (28,4 x 23,2) cm, Com Altura de 12 a 15cm; Na Cor Preta; Potencia 200 Watts; Bivolt; Fluxo Luminoso Minimo de 20000 Lumens; Temperatura de Cor 5500 a | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|--|---------|--------|--------------|-----|----------|--------------|
| 16 | 6500k (branca Fria); Fator de Potencia Minimo de 0,80; Grau de Protecao Ip67; Vida Util Minima de 25.000 a 30.000 Horas; Angulo de Iluminacao 120º, Irc Minimo 80; Garantia Minina de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes; | 6002323 | 617445 | Unidade | 100 | _____ | _____ |
| 17 | Luminaria de Led; Corpo Em Aluminio e Difusor Em Poliestireno; Formato Redondo, Modelo Plafon de Embutir; Medindo 300mm de Diametro; Cor Branca; Potencia de 24w; Bivolt; Fluxo Luminoso Minimo de 1800lm; Temperatura de Cor 6.500k; Fator de Potencia Maior Que 0,5; Grau de Protecao Ip20; Vida Util Minima de 15.000 Horas; Nicho de Corte de 285mm; (Plafonier) | 6363890 | 601850 | Unidade | 100 | _____ | _____ |
| 18 | Lampada Spot; do Tipo Led Dicroica de Embutir Direcionavel; No Tamanho Diametro de 8,5cm; Com Base No Formato Redondo; Com Alimentacao Eletrica para Bivolt; Com Potencia Nominal de 7w; Temperatura de Cor 6500k; | 6134564 | 601421 | Unidade | 250 | _____ | _____ |
| 19 | Canaleta; Em Pvc Auto Extinguivel; Formato Retangular; Com Tampa Arredondada Nas Laterais, Tampa Reta No Centro Da Canaleta; Fechada; Nas Dimensoes 20 x 10 Mm; Minicanal; Com Comprimento de 2 Metros; Na Cor Branca; Sem Divisoria; Fita Adesiva de Alto Poder de Fixacao; Sera Utilizada Em Passagem de Cabos de Dados, Voz e Energia; de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes; Com Recorte Fechado e Encaixe Frontal do Tipo Mola; | 5695589 | 424497 | Peça 2 Metro | 200 | R\$ 8,54 | R\$ 1.708,00 |

| | | | | | | | |
|----|--|---------|--------|--------------------|----|-------|-------|
| 20 | Cabo Eletrico; Cobre; 10 Mm; Cap Termoplastica Anti-chama; 450/750 V; Flexivel; Vermelho | 5708435 | 428664 | Rolo 100 Metros | 20 | _____ | _____ |
| 21 | Cabo Eletrico; Fios de Cobre Eletrolitico Nu, Tempera Mole, Encordoamento Classe 5; Secao Nominal 6mm2; Isolacao de Composto Termoplastico Nao Halogenado; Tensao de Isolacao 450/750v; Temperatura de Servico 70°C; Cor Azul Claro; Conforme Normas Nbr Nm 280 e 13248, Com Certificacao Compulsoria Inmetro; | 5637805 | 265375 | Rolo 100 Metros | 40 | _____ | _____ |
| 22 | Fio Eletrico; Instalacoes Eletricas; Revestimento: Isolado Em Composto Termoplastico Polivinilico (pvc) Tipo Bwf; Material do Condutor Em Cobre Eletrolitico, Flexivel; Secao Nominal Condutor 4 Mm2; Camada Isolante Pvc 70 Gaus, Isolamento Termoplastico, Antichama, 750 V; Classe de Temperatura Classe Termica: 70 Grc; Material Da Cobertura Em Pvc, Na Cor Vermelha; Conforme Norma Tecnica Nbr Abnt Vigentes; | 5542219 | 329878 | Rolo 100 metros | 50 | _____ | _____ |
| 23 | Fio Eletrico; Instalacoes Eletricas; Material do Condutor Cobre Eletrolitico, Tempera Mole, Classe Encordoamento 1; Secao Nominal Condutor 2,5 mm2; Camada Isolante Tensao Isolacao 450/ 750v; Classe de Temperatura Em Regime Permanente 70°C; Material Da Cobertura Pvc Bwf Antichama, Cor Branca; Conforme Norma Tecnica Nbr Nm 247-3 e Nm 280, Com Certificacao Compulsoria Inmetro; | 5563119 | 428656 | Rolo 100 Metros | 50 | _____ | _____ |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|--|---------|--------|---------|-----|-----------|--------------|
| 24 | Boia Eletrica; Controle do Nivel de Agua Em Caixas D'agua, Pocos e Cisternas; Controle de Nivel Inferior Ou Superior; Em Polipropileno Com Grau de Protecao Ipx8; Mecanismo Eletromecanico Isento de Mercurio; Capacidade de 15a Com Carga Resistiva Em 250v; | 5738539 | 265717 | Unidade | 10 | _____ | _____ |
| 25 | Peca de Reposicao para Ventilador; Chave Interruptora, para Ventilador de Parede, Com Tecla de Velocidade Minima, Media e Maxima; Liga e Desliga; Ventilador de Parede 50cm; | 4227867 | 290211 | Unidade | 50 | _____ | _____ |
| 26 | Rele Eletrico Em Polipropileno, Tipo Fotoeletrico, 1000 W, 127 /220v | 5169020 | 615337 | Unidade | 200 | R\$ 24,65 | R\$ 4,930,00 |
| 27 | Multimetro; Em Plastico Resistente; Categoria Iv-600v; Digital; Portatil; Visor Lcd; Com Faixas de Medicao Automatica; Tensao True Rms Ac de Ate 1000v e Tensao Dc de Ate 1000v, Com Frequencia de Ate 1mhz; Faixas de Corrente Ate 10 a e Ate 400 Ma; Medicao de Resistencia de Ate 40m Ohms; Testes de Diodo e Continuidade Audivel, Seguranca/conformidade Norma Iec 1010; 1 Nanofa 500 Microf (desvio: 10%); Acompanha: Jogo de Pontas de Prova e Manual de Operacoes Em Portugues; Estojo para Transporte e Armazenamento; Garantia Minima de 12 Meses; Acondicionado Em Material Adequado Que Garanta a Integridade do Produto | 5666473 | 266184 | Unidade | 10 | _____ | _____ |
| | Interruptor Eletrico; Termoplastico; de Embutir; 01 Secao Paralelo + Tomada; Com Uma Tecla + Tomada; Na | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|--|---------|--------|---------|-----|------------|---------------|
| 28 | Cor Branca; Placa de 4 x 2 Polegadas; Com 10a/220v; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes; | 6258395 | 436712 | Unidade | 100 | _____ | _____ |
| 29 | Luminaria de Led; Em Liga de Alumínio; para Poste de Via Publica, Formato Pétala, Com Fotocelula; Medindo Aproximadamente (303x156x770)mm=(lxaxc); Acabamento Em Pintura Eletrostatica Na Cor Cinza Ou Preto; Potencia de 200w; Bivolt Automatico; Fluxo Luminoso Minimo de 20.000 Lumens; Temperatura Da Cor Minima de 6000k a 6500k; Fator de Potencia Minimo de 0,95, Irc Minimo de 70; Grau de Protecao Ip 66; Vida Util Minima de 50.000 Horas; para Postes de 3 a 20m de Altura e Braco de 48 a 60mm de Diametro; Rele Fotoeletrico Padrao Nema; de Acordo Com Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes; | 5309387 | 614578 | Unidade | 50 | R\$ 403,45 | R\$ 20.172,50 |
| 30 | Luva de Seguranca; Em Borracha Isolante Classe 2, Tipo Ii; No Tamanho 10-10,5 (m); para Protecao de Usuario de Serviços Com Eletricidade (resistente a Ozonio),deverá Resistir a Tensão Máxima de Uso de 17000vca; Cano Comprimento Minimo 356 Mm; Com Punho do Mesmo Material; Dorso Normal; Palma Lisa; Sem Forro; e Suas Condições Deverao Atender a Norma Nbr 10622/89, Com Selo do Inmetro; Devera Ter Certificado de Aprovacao do Ministério do Trabalho, Embaladas Por Par Em Envelope Plástico, Dentro de Caixa de Papelão; | 4855493 | 304366 | Par | 20 | R\$ 674,31 | R\$ 13.486,20 |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|---|---------|--------|--------------------------|-----|------------|--------------|
| 31 | Talabarte de Seguranca; Confeccionado Em Fita de Poliester Primaria de 45mm; do Tipo Duplo Em y Contra Quedas; Medindo Comprimento Maximo 0,90 M; Com 2 Conectores Dupla Trava Confeccionados Em Aco, Abertura de 55+-3mm Classe A; e 1 Conector Dupla Trava, Confeccionado Em Aco Comabertura de 16 + - 3mm, Classe T; | 5279887 | 430333 | Unidade | 10 | R\$ 219,81 | R\$ 2.198,10 |
| 32 | Lubrificante Aerosol; Liquido; Utilizado Em Lubrificacao e Protecao de Pecas Metalica, corrosao Ferrugem, Desgate, Desengripante; Composto de Destilado Alifatico e Oleos de Petroleo,inibidor de Corrosao e Propelente; Nao Deve Conter Clorofluorcarbono (cfc); Propriedades Ponto de Fulgor 55 Grau Celsius, Densidade 0,82; Embalado Em Lata Metalica Acompanhada de Canudo Prolongador; | 1698290 | 262680 | Frasco 300 Mililitros | 100 | R\$ 44,89 | R\$ 4.489,00 |
| 33 | Trena; Fita de Fibra de Vidro Revestida Em Vinil; Caixa Em Plastico Abs; Tipo Aberta, Com Manivela P/ Recolhimento Da Fita Clipe Metalico Na Ponta Da Fita, Cabo Anatomico; Medindo 100 M; Largura Aproximada 13 Mm; Graduacao Em Milimetro, Polegada e Metro; | 5503434 | 368983 | Unidade | 5 | R\$ 180,32 | R\$ 901,60 |
| 34 | Trena; de Fita de Aco; Trena de Extensao,graduacao Em Mm, Cm e M; ; Acondicionada Em Caixa Plastica(abs),freio Auxiliare ,sistema Amortecedor de Impacto; Comprimento 5m (16'); Material Aço e ABS de Alto Impacto; Graduação Métrica e Polegadas; Largura 19,05mm (3/4") | 6327001 | 238977 | Unidade | 10 | R\$ 29,48 | R\$ 294,80 |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|--|---------|--------|---------|-----|-----------|------------|
| 35 | Trena; Fita de Aço Crono-acetinada,prumo Em Latao Macico,formato Cilindrico e Ponta Conica; de Profundidade, milimetrada; 10 Metros; Acondicionada Em Embalagem Plastica; | 6327028 | 429114 | Unidade | 10 | R\$ 65,97 | R\$ 659,70 |
| 36 | Ventilador; Tipo de Parede; Medindo 60 Cm de Diâmetro; C /grade Protetora Metálica Pintada Em Epóxi; Na Cor Preta; Com 3 Pas de Nylon; Velocidade Gradual; Bivolt, 110 /220v; Com Prazo Mínimo de Garantia de 12 Meses; | 6034136 | 443423 | Unidade | 150 | _____ | _____ |
| 37 | Equipamento para Melhoria Da Qualidade Da Água; Purificador de Água; Gabinete Em Plástico Atóxico; Instalado Em Ponto de Consumo; para Entrada de Água Pré Tratada; Retenção de Partículas: Classe c = 5 a 15 Micras; Redução de Cloro Livre; Sem Eficiência Bacteriológica; Com Vazão Máxima de Trabalho Recomendada de 60 L/h Água Gelada: Fornecimento de Aprox 1.25 L/h; Pressão Máxima 50 Mca; Pressão Mínima 5 Mca; Voltagem 220 V, Potência 90 W, Refrigeração Por Compressor, Termostato Regulável Externo; Vida Útil Da Unidade Condicionadora Mínima de 06 Meses Ou 3000 L; Com 2 Torneiras, Medindo (410x312x357)mm (axlxf) Aproximadamente; Pesando Aprox. 11 Kg; Conforme Normas Nbr/abnt e Legislação Vigentes; Certificação Compulsória do Inmetro; | 6260527 | 600201 | Unidade | 20 | _____ | _____ |
| | Bebedouro Elétrico; de Tipo Industrial; Gabinete Em Aço Inox 430, Isolamento Em Poliuretano; Matéria Prima Frontal Em Chapa de Aço Pintado Na Cor Branca; Com | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|---|---------|--------|---------|----|---------------|---------------|
| 38 | Tres Torneiras Em Antimonio, Acionamento Rapido, Acabamento Cromado; Sendo Desmontaveis para Higienizacao; Reservatorio Em Aco Inox 430, Com Capacidade de 100 Litros; Com Serpentina Em Aco Inox e Isolamento Em Poliuretano, Compressor Hermetico de 1/4 Hp, Com Gas Ecologico; Medindo Aproximadamente 0.52 m de Altura, 0.72 m de Largura, 0.42 m de Profundidade; para Uso Externo e Interno, Com Grau de Protecao Ipx4; Com Tensao de Alimentacao de 110 V, Com Potencia de 105 Watts; Certificacao Compulsoria do Inmetro; e Garantia de No Minimo 12 Meses; | 6234720 | 452767 | Unidade | 20 | R\$ 3.303,66 | R\$ 66.073,20 |
| 39 | Escada; Aluminio; Tipo Articulada, 4x4; Medindo Medindo No Minimo 1,20m de Altura (fechada), Altura Estendida de No Minimo 4,23 m; Com 16 Degraus, Sendo 4 Partes de 4 Degraus; No Minimo 07 Posicoes de Uso Mais Uma Posicao Compacta; Degrau Em Degrau Em Aluminio; Com Capacidade 150 Kg; No Minimo 07 Posicoes de Uso Mais Uma Posicao Compacta; 12 Meses; | 6459048 | 408686 | Unidade | 5 | R\$ 620,34 | R\$ 3.101,70 |
| 40 | Maquina de Gelo; Automatica, para Fabricacao de Gelo Em Cubos; Em Aco Inox Aisi 304; Medidas Maximas: (170 x 100 x 100)cm= (a x l x P); Producao Minima 150 Kg/24h; Com Temperatura Da Agua Em Entrada Nao Superior A25 Graus; Deposito Com Capacidade Minima 145 Litros; 220v, 60 Hz; Garantia Minima 12 Meses | 5578116 | 484182 | Unidade | 4 | R\$ 16.066,66 | R\$ 64.266,64 |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|--|---------|--------|--------------------------|------------|------------|---------------|
| 41 | Eletroduto Corrugado, Em Pvc; Com Diâmetro de 3/4 Polegada; para Instalações Embutidas Em Parede; Antichama; Na Cor Laranja; Classe Reforcada; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes; | 5544840 | 384302 | Rolo 50 Metro | 100 | R\$ 156,93 | R\$ 15.693,00 |
| 42 | Globo; de Vidro Leitoso; para Ser Utilizado Como para Ser Utilizado Como Proteção de Lâmpada Em Poste para Jardim; Com Encaixe do Tipo Com Encaixe Tipo Parafuso; Devendo o Globo Ser Entregue Com Devendo o Globo Ser Entregue Com Colar e Parafusos para Fixação; No Tamanho Diâmetro de 30cm e Boca de 15cm; | 6078508 | 458590 | Unidade | 50 | R\$ 155,10 | R\$ 7.755,00 |
| 43 | Eletrodo de Solda; Composição: C=0,06%, Si=0, 22% e Mn=0,37%, E6013; Diâmetro 2,5mm; Tipo: E6013; Comprimento 350mm; Conforme Classificação Asme Sfa 5.1; caixa contendo 5 Quilogramas | 5906962 | 377785 | Quilograma | 48 | R\$ 155,33 | R\$ 7.455,84 |
| 44 | Cal hidratada para pintura (calagem); Composta predominantemente por hidróxidos de cálcio e/ou magnésio, podendo conter carbonatos e óxidos residuais; Aspecto físico em pó; Cor branca; Aplicação em construção civil, inclusive para pintura (calagem); Devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7175; Com fornecimento de Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme ABNT NBR 14725; Embalagem original, lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. | 1303830 | 248941 | Saco de 8 Quilogramas | 400 | — | — |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|--|---------|--------|---------|----|-----------|--------------|
| 45 | Mini Disjuntor; Tripolar; 63a; Curva de Disparo C; Cap de Interrupcao 10ka (230/380vca) Conf Nbr Nm 60898, 15ka (230/380vca) Conf Nbr Iec 60947-2; Com Encaixe para Trilho Din 35mm; | 6505929 | 402019 | Unidade | 30 | R\$ 58,29 | R\$ 1.748,70 |
| 46 | Mini Disjuntor; Tripolar; 32a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 10ka (127/220vca), 6ka (220/380vca), Conforme Nbr Nm 60898-1; Com Encaixe para Trilho Din 35mm; | 6505937 | 623128 | Unidade | 50 | R\$ 84,22 | R\$ 4.211,00 |
| 47 | Mini Disjuntor; Monopolar; Corrente Nominal 25a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 5ka (127/220vca) / 3ka (220/380vca); Fixacao Por Trilho Din 35mm; Conforme Nbr Nm 60898-1, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | 5629470 | 616751 | Unidade | 50 | R\$ 14,02 | R\$ 701,00 |
| 48 | Mini Disjuntor; Monopolar; Corrente Nominal 16a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 5ka (127/220vca) / 3ka (220/380vca); Fixacao Por Trilho Din 35mm; Conforme Nbr Nm 60898-1, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | 5630088 | 616753 | Unidade | 50 | R\$ 15,71 | R\$ 785,50 |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como BENS COMUNS, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados do(a) contados da ordem de início dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A solução mais vantajosa para a Administração Pública consiste na aquisição de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico, destinados à execução dos serviços in loco e à estruturação das dependências da Unidade. Tal medida garante maior eficiência, economicidade e agilidade no atendimento das demandas da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, assegurando não apenas a conservação, mas a plena operacionalidade e o bem-estar no ambiente escolar. Qualquer alternativa distinta implicaria em um processo de contratação mais dispendioso e moroso. A descrição detalhada da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Priorizar a aquisição de materiais de manutenção, elétricos e equipamentos de apoio logístico que apresentem maior eficiência energética (como Selo Procel ou equivalente para equipamentos eletroeletrônicos), durabilidade e menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida, contribuindo para a redução do consumo de recursos naturais.

4.1.2. Sempre que possível, optar por materiais que possuam certificação ambiental ou que atendam a normas técnicas reconhecidas de sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.3. Priorizar embalagens recicláveis ou retornáveis, incentivando práticas de logística reversa (especialmente para equipamentos e componentes eletrônicos) e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

4.1.4. Estimular a aquisição de materiais que apresentem menor toxicidade, maior segurança de uso e reduzido impacto ambiental, sempre que houver equivalência técnica e viabilidade econômica.

4.1.5. As empresas fornecedoras deverão observar a legislação ambiental aplicável, adotando boas práticas de fabricação, armazenamento, transporte e descarte de materiais e resíduos, de forma a prevenir riscos ao meio ambiente e à saúde, bem como evitar desperdícios.

4.1.6. Os materiais deverão, sempre que aplicável, possuir conformidade com normas técnicas vigentes e certificações compulsórias, como aquelas emitidas pelo INMETRO, assegurando padrões mínimos de qualidade, segurança e eficiência.

4.1.7. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais com maior vida útil e menor necessidade de manutenção ou substituição, contribuindo para a redução de custos ao longo do tempo e para o uso racional de recursos públicos.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não há indicação de marca, fabricante ou modelo específico, sendo descritas apenas as características técnicas, de desempenho e qualidade necessárias ao atendimento das necessidades da Administração, abrangendo materiais de consumo e equipamentos permanentes. As especificações foram elaboradas de modo a assegurar a

isonomia entre os licitantes, a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, observando-se, ainda, os critérios de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência e na legislação vigente.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não haverá vedação de marca/modelo ou produto, tampouco exigência de marca específica; serão aceitos produtos de quaisquer marcas, desde que atendam integralmente às especificações técnicas e requisitos de desempenho e qualidade definidos neste Termo de Referência. Eventual menção a marca/modelo nas descrições dos itens terá caráter meramente referencial para melhor compreensão do padrão de qualidade esperado (Lei nº 14.133/2021, art. 41), admitindo-se produto “ou equivalente/similar/ou de melhor qualidade”, desde que a equivalência/qualidade seja comprovada por meios objetivos (ex.: ficha técnica, catálogos, laudos, atendimento a normas técnicas/ABNT/Inmetro e demais documentos pertinentes), conforme admitido pelo art. 42 da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao fiscal do contrato verificar a conformidade no recebimento com base nesses critérios.

Da exigência de amostra(s)

4.4. Na presente contratação não serão exigidas amostras.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos produtos será de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da nota de empenho, em remessa a ser especificada em cada requisição.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Local e horário da entrega dos bens

5.3. Os produtos deverão ser entregues na Academia de Polícia Militar do Barro Branco – APMBB, localizada na Avenida Água Fria, nº 1923, Água Fria – Tucuruvi, São Paulo/SP, aos cuidados do SETOR DE PROJETOS E MANUTENÇÃO. Além disso, cada volume/embalagem deverá estar devidamente identificado, DE FORMA LEGÍVEL, contendo no mínimo: (i) Destinatário: APMBB; (ii) A/C: SETOR DE PROJETOS E MANUTENÇÃO; (iii) número do Processo e número da Nota de Empenho; (iv) descrição do item /quantidade; e (v) manuais de instrução e termos de garantia (em língua portuguesa) anexados aos equipamentos correspondentes.

5.4. Os produtos deverão ser entregues em dias úteis, no período das 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, observando-se as condições de recebimento e conferência pela equipe responsável da Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. O prazo de garantia contratual dos produtos, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. No caso de equipamentos eletroeletrônicos, a garantia deverá cobrir defeitos de fabricação, componentes internos e assistência técnica especializada.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a troca dos produtos dos que não atendam as especificações pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos produtos ou o reparo técnico de equipamentos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 dias úteis, contados a partir da data de retirada dos produtos ou da formalização da ocorrência nas dependências da Administração.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. o fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II);

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º);

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX);

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII);

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único);

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023;

7.9.1. o prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art.75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021. .

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A;

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores;

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, em sua forma eletrônica, para composição de Ata de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Com supedâneo no inciso I do artigo 7º do decreto 11.462/2023, que não será divulgada intenção de registro de preços, considerando a insuficiência de pessoal capacitado para gerenciar possíveis participantes de outros órgãos, a administração da PMESP informa que não será realizada a divulgação da intenção de registro de preços.

Forma de fornecimento

8.3. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Outras comprovações

8.24. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O caráter sigiloso desta contratação segue as orientações da Diretoria de Finanças, conforme Ofício Circular Nº DF-002/10/25, item 3.6.]

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, em conformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da elaboração do PCA como instrumento de planejamento das contratações públicas, e em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade estabelecidos no art. 5º da mesma lei, bem como com o Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, e demais normas aplicáveis.

11. Penalidades

11.1. A aplicação de sanções e penalidades será conforme determinação da respectiva pasta.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEBORA DE OLIVEIRA ABILIO

Cb PM Aux Setor de Projetos e Manutenção



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 15:32:49.

MARCIO CHIURATTO

1º Ten PM Ch Setor de Projetos e Manutenção



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 14:06:08.

ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO

Estudo Técnico Preliminar 18/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00112648/2026-00

2. Descrição da necessidade

2.1. A Academia de Polícia Militar do Barro Branco, instituição centenária e de reconhecida relevância na formação de Oficiais da Polícia Militar, enfrenta demandas recorrentes relacionadas à manutenção e melhoria de sua infraestrutura predial, fundamentais para o adequado desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e administrativas.

2.2. Nesse contexto, torna-se necessária a aquisição de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico, compreendendo insumos destinados à execução de reparos, adequações elétricas, melhorias na infraestrutura e demais intervenções de conservação, com vistas a assegurar a continuidade, segurança e funcionalidade das edificações da Academia de Polícia Militar do Barro Branco. A utilização de materiais de qualidade e equipamentos adequados contribui para maior durabilidade das manutenções e para a adequada preservação e operacionalidade do patrimônio público.

2.3. As melhorias estruturais decorrentes da execução dessas reformas permitirão ampliar a capacidade de formação dos Alunos Oficiais, com o consequente aumento da disponibilidade de salas de aula e de alojamentos, além de proporcionar melhores condições para a formação e capacitação dos discentes. Essa ampliação física e funcional impacta diretamente na qualidade do ensino, na eficiência das atividades instrutivas e na segurança dos usuários.

2.4. Ademais, a adequação e revitalização das instalações físicas contribuem para um ambiente institucional mais organizado, seguro e acolhedor, promovendo o bem-estar dos públicos interno e externo, ao mesmo tempo em que reforçam a imagem de excelência, tradição e comprometimento da Academia de Polícia Militar do Barro Branco perante a comunidade.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--------------------------------|----------------------------|
| Setor de Projetos e Manutenção | 1º Ten PM Marcio Chiuratto |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se todas as exigências legais, técnicas e administrativas aplicáveis, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência que acompanhará o processo licitatório.

4.2. Os materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico objeto da contratação deverão atender integralmente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais legislações pertinentes, de forma a assegurar qualidade, segurança, desempenho e durabilidade. A conformidade com essas normas garante que as práticas de manutenção e equipagem da Academia de Polícia Militar do Barro Branco estejam alinhadas aos padrões técnicos exigidos para a Administração Pública.

4.3. Os materiais deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e constantes da proposta comercial aprovada.

4.4. O prazo e o local de entrega dos materiais serão definidos pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco – APMBB, no Termo de Referência, observando-se as condições contratuais e o cronograma de recebimento.

4.5. Os bens fornecidos serão recebidos provisoriamente, no prazo de até cinco (5) dias úteis, pela comissão ou servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação da conformidade dos materiais com as especificações previstas no Termo de Referência.

4.6. Constatadas irregularidades no fornecimento, os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada promover a substituição, correção ou regularização, às suas expensas, no prazo máximo de dez (10) dias corridos, contados da notificação da Administração.

4.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, após a verificação e aceitação final dos materiais, mediante ateste de conformidade quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos do objeto.

4.8. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.9. Na hipótese de não cumprimento do prazo de entrega estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com a devida antecedência, apresentando justificativa fundamentada e a respectiva documentação comprobatória, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Diante das necessidades apontadas neste Estudo Técnico Preliminar, a solução proposta demanda a aquisição dos objetos pretendidos, os quais foram analisados e comparados com contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, abrangendo tanto materiais de consumo quanto equipamentos permanentes. Tal análise ocorreu por meio de consulta a editais e instrumentos congêneres, com o objetivo de identificar metodologias, práticas e especificações técnicas mais adequadas ao atendimento das necessidades da Administração.

5.2. Foram coletados orçamentos junto a empresas especializadas no fornecimento de materiais de manutenção predial, elétricos e equipamentos de apoio logístico, com a finalidade de subsidiar a pesquisa de preços e assegurar que os valores estimados estejam compatíveis com os praticados no mercado, garantindo a economicidade, a vantajosidade e a transparência do processo de contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com o objetivo de atender às demandas de manutenção, conservação, adequação e operacionalidade das instalações da Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

6.2. A futura contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, para constituição de Ata de Registro de Preços, considerando a natureza dos materiais, sua utilização frequente e a necessidade de fornecimento parcelado conforme demanda da Administração.

6.3. Todos os elementos necessários ao atendimento da demanda da Administração estarão previstos no Termo de Referência, incluindo as obrigações e responsabilidades da contratada, critérios de aceitação, prazos, condições de entrega e demais especificações do objeto.

6.4. A Administração poderá solicitar da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar a apresentação de catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo as especificações técnicas detalhadas, a fim de verificar sua conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e com as normas técnicas aplicáveis.

6.5. A solução adotada mostra-se a mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, considerando a padronização dos materiais e equipamentos, a facilidade de reposição, a disponibilidade no mercado e a compatibilidade com as necessidades operacionais da Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base na análise das necessidades da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, considerando o consumo histórico, as demandas de manutenção predial, as adequações elétricas em andamento e a necessidade de equipagem de novas dependências, bem como a projeção de utilização para o período de vigência contratual. O levantamento visa assegurar o fornecimento adequado e contínuo de materiais e equipamentos, de modo a atender plenamente às atividades de conservação, funcionamento, conforto e segurança das instalações.

7.2. As quantidades foram definidas com base nas necessidades identificadas pelo Setor de Projetos e Manutenção da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, refletindo as demandas reais e estimadas da Unidade, de modo a garantir eficiência nas intervenções de manutenção, adequação e melhoria das instalações, conforme detalhado na planilha de pesquisa de preços que acompanha este Estudo Técnico Preliminar.

7.3. A relação dos itens, com suas respectivas quantidades estimadas, encontra-se apresentada na tabela a seguir, conforme levantamento realizado por este Setor.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | SIAFÍSICO BEC | CÓDIGO COMPRAS GOV (catmat) | UNIDADE MEDIDA | QUANT |
|------|--|------------------|--------------------------------------|-------------------|-------|
| 1 | Alicate para Uso Geral; Tipo Universal, Em Aço Cromo Vanádio, Com Tratamento Térmico Total e Indução No Corte; Medindo 8 Polegadas; Com Cabo Isolado Em Pvc para Até 1000 V; Acabamento Fosfatizado, Com Faces Lixadas; Com Bico Reto; para Corte Duro; | 4275144 | 445372 | Unidade | 10 |
| 2 | Alicate para Uso Geral; Bico Meia Cana Com Cortador; Medindo 6"; Isolado para Tensões de 1000vca, cabo Curvo Antideslizante Com Aba Protetora; Aço Cromo Vanádio, Polido, Zona de Corte Temperada por Indução; Bico Reto Com Ranhuras; Conforme Nbr 9699, Acondicionamento Em Blister; | 5909058 | 215110 | Unidade | 10 |
| 3 | Soldador; Cabo Em Termoplástico, Corpo Em Metal Resistente; Tipo Ferro de Solda; Funcionamento Por Resistência Elétrica; Sem Regulador; Potência Nominal 60w; Voltagem 220 V; | 5479070 | 245530 | Unidade | 5 |
| 4 | Alicate para Uso Geral; Alicate de Pressão para Soldagem Ou Montagem; Medindo 10", Comprimento Total 250mm; Com Mordente Curvo - Aperto Prolongando - Contendo Dispositivo de Trava, Mola e Parafuso de Ajuste; | 6167047 | 468613 | Unidade | 10 |
| 5 | Martelo; Tipo Unha; Pesando Aproximadamente 750g; Diâmetro Aproximado Da Cabeça de 27mm; Cabeça de Aço Forjado e Cabo Em Fibras de Vidro; | 6357466 | 400942 | Unidade | 10 |
| 6 | Jogo de Chave; Tipo Chave de Fenda e Chave Philips; Em Aço Cromo Vanádio, Com Cabo Em Polipropileno; Com Pontas Magnetizadas; Philips N0x3";n1x3";n2x4"; n2x1.1/2";fenda 3/16"x1.1/2";1/8"x3";3/16"x3";1/4"x4";5 /16"x6";1/4"x1.1/2"; Contendo 10 Peças; | 6167098 | 445941 | Jogo | 5 |
| | | | | | |

| | | | | | |
|----|---|---------|--------|----------------|--------------|
| 7 | Passa Fio; de Aço Revestido de Polipropileno Reforcado; Ponta de Tracão Soldada Confeccionada Em Latao; 20 Metros | 4979010 | 379008 | Unidade | 10 |
| 8 | Fita Isolante; Dorso de Pvc, Recoberta Com Adesivo a Base de Borracha Sensível a Pressão; Cor Preta; Largura: 19 Mm; Espessura: 0,19 Mm; Temperatura: 105 Graus Celsius, Classificação de Tensão 750v; Resistência a Tracão: 158 N/ 100mmm; Alongamento: 210%; Norma Técnica: Abnt Nbr Nm 60454-3-1 Tipo 9 Classe A; | 6019552 | 335817 | Rolo 20 metros | 150 |
| 9 | Extensão Paralela; 2 x S=2.5mm ² , Cabo Pp; Corrente 20a; Tensão de 250v; Com 3 Tomadas Padrão Abnt Nbr 14136; Formato Carretel Com Suporte Metálico para Sustentação e Transporte; 30 Metros | 5841372 | 451652 | Unidade | 5 |
| 10 | Chuveiro Elétrico; de Termoplástico; Na Tensão de 220v; Com Controle de temperatura eletrônico; e Potência de 6800w; Ducha Manual Com Mangueira; Na Cor Branca; Com Rosca de 3/4"; de Trabalho de 40mca (400kpa); vazão 6L/Min; dimensões aproximada 22,8x10, 2x38,3 cm ; peso 0,88 Kg; Consumo de 34 Kwh/mês; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes, Garantia Mínima de 12 Meses; | 4955846 | 636331 | Unidade | 200 |
| 11 | Lâmpada Tubular Leds; Bulbo T8 Branco Leitoso; Base G13; Comprimento 1200mm x Diâmetro Aproximado 25mm; Potência 18 Watts; Tensão 100 a 240 Vca; 60 Hz; Leds Smd; Fluxo Luminoso Maior Ou Igual a 1800lm; Temperatura Da Cor 6000 a 6500k; Ângulo do Feixe Luminoso Maior Ou Igual a 120°; Fator de Potência Maior Ou Igual a 0,92; Irc Maior Ou Igual a 85%; Vida Útil Maior Ou Igual a 20.000 Horas; Alimentação Unilateral, Fases Na Mesma Extremidade; de Acordo Com Nbr/abnt Vigentes; | 6031781 | 444603 | Unidade | 1.500 |
| 12 | Lâmpada de Led; de Plástico, Vidro e Metal; Formato do Bulbo: Esférico; Dimensões: 111mm x 40mm (cxl); Base: E27; Potência: 12w; Fluxo Luminoso: 1311 Lumens; Tensão de Trabalho: Bivolt; Vida Útil: 25000 Horas; Temperatura de Cor: 3000k; Fator de Potência Maior Ou Igual a 0,7; | 6031242 | 435130 | Unidade | 1000 |
| 13 | Tomada Elétrica; de Termoplástico; de Embutir Dupla; No Formato Hexagonal; Com 2 Polos + Terra, Padrão Brasileiro; Redondo; Na Cor Branca; Com Capacidade Elétrica de 20a - 250v; Com Espelho e Parafusos para | 6089720 | 399545 | Unidade | 200 |

| | | | | | |
|----|---|---------|--------|---------------|------------|
| | Fixacao; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Nbr Nm 60884-1 e Nbr 14136, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | | | | |
| 14 | Interruptor Eletrico; de Termoplastico;; de De Embutir; Intermediario Paralelo; Com Uma Tecla; Na Cor Na Cor Branco; Placa de 4"x2";; Com Com 10a-250v; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes; | 3433625 | 329179 | Unidade | 150 |
| 15 | Eletroduto Rigido de Aco-carbono, Rosca Nbr 8133; Galvanizado; Diametro de 3/4 Polegadas (19mm), Serie Leve; Conforme Nbr 13057; | 6070604 | 430253 | Barra 3 Metro | 100 |
| 16 | Luminaria de Led; Corpo Em Aluminio, Tipo Refletor; No Formato Retangular; Medindo Aproximadamente (28,4 x 23,2)cm, Com Altura de 12 a 15cm; Na Cor Preta; Potencia 200 Watts; Bivolt; Fluxo Luminoso Minimo de 20000 Lumens; Temperatura de Cor 5500 a 6500k (branca Fria); Fator de Potencia Minimo de 0,80; Grau de Protecao Ip67; Vida Util Minima de 25.000 a 30.000 Horas; Angulo de Iluminacao 120º, Irc Minimo 80; Garantia Minina de 12 Meses; Conforme Normas Nbr /abnt e Inmetro Vigentes; | 6002323 | 617445 | Unidade | 100 |
| 17 | Luminaria de Led; Corpo Em Aluminio e Difusor Em Poliestireno; Formato Redondo, Modelo Plafon de Embutir; Medindo 300mm de Diametro; Cor Branca; Potencia de 24w; Bivolt; Fluxo Luminoso Minimo de 1800lm; Temperatura de Cor 6.500k; Fator de Potencia Maior Que 0,5; Grau de Protecao Ip20; Vida Util Minima de 15.000 Horas; Nicho de Corte de 285mm; (Plafonier) | 6363890 | 601850 | Unidade | 100 |
| 18 | Lampada Spot; do Tipo Led Dicroica de Embutir Direcionavel; No Tamanho Diametro de 8,5cm; Com Base No Formato Redondo; Com Alimentacao Eletrica para Bivolt; Com Potencia Nominal de 7w; Temperatura de Cor 6500k; | 6134564 | 601421 | Unidade | 250 |
| 19 | Canaleta; Em Pvc Auto Extinguivel; Formato Retangular; Com Tampa Arredondada Nas Laterais, Tampa Reta No Centro Da Canaleta; Fechada; Nas Dimensoes 20 x 10 Mm; Minicanal; Com Comprimento de 2 Metros; Na Cor Branca; Sem Divisoria; Fita Adesiva de Alto Poder de Fixacao; Sera Utilizada Em Passagem de Cabos de Dados, Voz e Energia; de Acordo Com As Normas Nbr /abnt Vigentes; Com Recorte Fechado e Encaixe Frontal do Tipo Mola; | 5695589 | 424497 | Peça 2 Metro | 200 |
| | | | | | |

| | | | | | |
|----|--|---------|--------|-----------------|------------|
| 20 | Cabo Eletrico; Cobre; 10 Mm; Cap Termoplastica Anti-chama; 450/750 V; Flexivel; Vermelho | 5708435 | 428664 | Rolo 100 Metros | 20 |
| 21 | Cabo Eletrico; Fios de Cobre Eletrolitico Nu, Tempera Mole, Encordoamento Classe 5; Secao Nominal 6mm2; Isolacao de Composto Termoplastico Nao Halogenado; Tensao de Isolacao 450/750v; Temperatura de Servico 70°C; Cor Azul Claro; Conforme Normas Nbr Nm 280 e 13248, Com Certificacao Compulsoria Inmetro; | 5637805 | 265375 | Rolo 100 Metros | 40 |
| 22 | Fio Eletrico; Instalacoes Eletricas; Revestimento: Isolado Em Composto Termoplastico Polivinilico (pvc) Tipo Bwf; Material do Condutor Em Cobre Eletrolitico, Flexivel; Secao Nominal Condutor 4 Mm2; Camada Isolante Pvc 70 Graus, Isolamento Termoplastico, Antichama, 750 V; Classe de Temperatura Classe Termica: 70 Grc; Material Da Cobertura Em Pvc, Na Cor Vermelha; Conforme Norma Tecnica Nbr Abnt Vigentes; | 5542219 | 329878 | Rolo 100 metros | 50 |
| 23 | Fio Eletrico; Instalacoes Eletricas; Material do Condutor Cobre Eletrolitico, Tempera Mole, Classe Encordoamento 1; Secao Nominal Condutor 2,5mm2; Camada Isolante Tensao Isolacao 450/ 750v; Classe de Temperatura Em Regime Permanente 70°C; Material Da Cobertura Pvc Bwf Antichama, Cor Branca; Conforme Norma Tecnica Nbr Nm 247-3 e Nm 280, Com Certificacao Compulsoria Inmetro; | 5563119 | 428656 | Rolo 100 Metros | 50 |
| 24 | Boia Eletrica; Controle do Nivel de Agua Em Caixas D'agua, Pocos e Cisternas; Controle de Nivel Inferior Ou Superior; Em Polipropileno Com Grau de Protecao Ipx8; Mecanismo Eletromecanico Isento de Mercurio; Capacidade de 15a Com Carga Resistiva Em 250v; | 5738539 | 265717 | Unidade | 10 |
| 25 | Peca de Reposicao para Ventilador; Chave Interruptora, para Ventilador de Parede, Com Tecla de Velocidade Minima, Media e Maxima; Liga e Desliga; Ventilador de Parede 50cm; | 4227867 | 290211 | Unidade | 50 |
| 26 | Rele Eletrico Em Polipropileno, Tipo Fotoeletrico, 1000 W, 127/220v | 5169020 | 615337 | Unidade | 200 |
| 27 | Multimetro; Em Plastico Resistente; Categoria Iv-600v; Digital; Portatil; Visor Lcd; Com Faixas de Medicao Automatica; Tensao True Rms Ac de Ate 1000v e Tensao Dc de Ate 1000v, Com Frequencia de Ate 1mhz; Faixas de Corrente Ate 10 a e Ate 400 Ma; Medicao de Resistencia de Ate 40m Ohms; Testes de Diodo e Continuidade Audivel, Seguranca/conformidade Norma | 5666473 | 266184 | Unidade | 10 |

| | | | | | |
|----|---|---------|--------|-----------------------|------------|
| | lec 1010; 1 Nanofa 500 Microf (desvio: 10%); Acompanha: Jogo de Pontas de Prova e Manual de Operacoes Em Portugues; Estojo para Transporte e Armazenamento; Garantia Minima de 12 Meses; Acondicionado Em Material Apropriado Que Garanta a Integridade do Produto | | | | |
| 28 | Interruptor Eletrico; Termoplastico; de Embutir; 01 Secao Paralelo + Tomada; Com Uma Tecla + Tomada; Na Cor Branca; Placa de 4 x 2 Polegadas; Com 10a/220v; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes; | 6258395 | 436712 | Unidade | 100 |
| 29 | Luminaria de Led; Em Liga de Aluminio; para Poste de Via Publica, Formato Pétala, Com Fotocelula; Medindo Aproximadamente (303x156x770)mm=(lxaxc); Acabamento Em Pintura Eletrostatica Na Cor Cinza Ou Preto; Potencia de 200w; Bivolt Automatico; Fluxo Luminoso Minimo de 20.000 Lumens; Temperatura Da Cor Minima de 6000k a 6500k; Fator de Potencia Minimo de 0,95, Irc Minimo de 70; Grau de Protecao Ip 66; Vida Util Minima de 50.000 Horas; para Postes de 3 a 20m de Altura e Braco de 48 a 60mm de Diametro; Rele Fotoeletrico Padrao Nema; de Acordo Com Normas Nbr /abnt e Inmetro Vigentes; | 5309387 | 614578 | Unidade | 50 |
| 30 | Luva de Seguranca; Em Borracha Isolante Classe 2, Tipo Ii; No Tamanho 10-10,5 (m); para Protecao de Usuario de Servicos Com Eletricidade(resistente a Ozonio),deverá Resistir a Tensão Máxima de Uso de 17000vca; Cano Comprimento Minimo 356 Mm; Com Punho do Mesmo Material; Dorso Normal; Palma Lisa; Sem Forro; e Suas Condições Deverao Atender a Norma Nbr 10622/89, Com Selo do Inmetro; Devera Ter Certificado de Aprovacao do Ministério do Trabalho, Embaladas Por Par Em Envelope Plástico, Dentro de Caixa de Papelão; | 4855493 | 304366 | Par | 20 |
| 31 | Talabarte de Seguranca; Confeccionado Em Fita de Poliester Primaria de 45mm; do Tipo Duplo Em y Contra Quedas; Medindo Comprimento Maximo 0,90 M; Com 2 Conectores Dupla Trava Confeccionados Em Aco, Abertura de 55+-3mm Classe A; e 1 Conector Dupla Trava, Confeccionado Em Aco Comabertura de 16 + - 3mm, Classe T; | 5279887 | 430333 | Unidade | 10 |
| 32 | Lubrificante Aerosol; Liquido; Utilizado Em Lubrificacao e Protecao de Pecas Metalica,corrosao Ferrugem, Desgate, Desengripante; Composto de Destilado Alifatico e Oleos de Petroleo,inibidor de Corrosao e Propelente; Nao Deve Conter Clorofluorcarbono (cfc); | 1698290 | 262680 | Frasco 300 Mililitros | 100 |

| | | | | | |
|----|--|---------|--------|---------|-----|
| | Propriedades Ponto de Fulgor 55 Grau Celsius, Densidade 0,82; Embalado Em Lata Metalica Acompanhada de Canudo Prolongador; | | | | |
| 33 | Trena; Fita de Fibra de Vidro Revestida Em Vinil; Caixa Em Plastico Abs; Tipo Aberta, Com Manivela P/ Recolhimento Da Fita Clipe Metalico Na Ponta Da Fita, Cabo Anatomico; Medindo 100 M; Largura Aproximada 13 Mm; Graduacao Em Milimetro, Polegada e Metro; | 5503434 | 368983 | Unidade | 5 |
| 34 | Trena; de Fita de Aco; Trena de Extensao,graduacao Em Mm, Cm e M; ; Acondicionada Em Caixa Plastica (abs),freio Auxiliare ,sistema Amortecedor de Impacto; Comprimento 5m (16'); Material Aço e ABS de Alto Impacto; Graduação Métrica e Polegadas; Largura 19,05 mm (3/4") | 6327001 | 238977 | Unidade | 10 |
| 35 | Trena; Fita de Aco Crono-acetinada,prumo Em Latao Macico,formato Cilindrico e Ponta Conica; de Profundidade,milimetrada; 10 Metros; Acondicionada Em Embalagem Plastica; | 6327028 | 429114 | Unidade | 10 |
| 36 | Ventilador; Tipo de Parede; Medindo 60 Cm de Diametro; C/grade Protetora Metalica Pintada Em Epoxi; Na Cor Preta; Com 3 Pas de Nylon; Velocidade Gradual; Bivolt, 110/220v; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses; | 6034136 | 443423 | Unidade | 150 |
| 37 | Equipamento para Melhorar Da Qualidade Da Agua; Purificador de Agua; Gabinete Em Plastico Atoxico; Instalado Em Ponto de Consumo; para Entrada de Agua Pre Tratada; Retencao de Particulas: Classe c = 5 a 15 Micras; Reducao de Cloro Livre; Sem Eficiencia Bacteriologica; Com Vazao Maxima de Trabalho Recomendada de 60 L/h Agua Gelada: Fornecimento de Aprox 1.25 L/h; Pressao Maxima 50 Mca; Pressao Minima 5 Mca; Voltagem 220 V, Potencia 90 W, Refrigeracao Por Compressor, Termostato Regulavel Externo; Vida Util Da Unidade Condicionadora Minima de 06 Meses Ou 3000 L; Com 2 Torneiras, Medindo (410x312x357)mm (axlxf) Aproximadamente; Pesando Aprox. 11 Kg; Conforme Normas Nbr/abnt e Legislacao Vigentes; Certificacao Compulsoria do Inmetro; | 6260527 | 600201 | Unidade | 20 |
| | Bebedouro Eletrico; de Tipo Industrial; Gabinete Em Aco Inox 430, Isolamento Em Poliuretano; Materia Prima Frontal Em Chapa de Aco Pintado Na Cor Branca; Com Tres Torneiras Em Antimonio, Acionamento Rapido, Acabamento Cromado; Sendo Desmontaveis para Higienizacao; Reservatorio Em Aco Inox 430, Com Capacidade de 100 Litros; Com Serpentina Em Aco Inox | | | | |

| | | | | | |
|----|---|---------|--------|-----------------------|------------|
| 38 | e Isolamento Em Poliuretano, Compressor Hermetico de 1/4 Hp, Com Gas Ecologico; Medindo Aproximadamente 0.52 m de Altura, 0.72 m de Largura, 0.42 m de Profundidade; para Uso Externo e Interno, Com Grau de Protecao lpx4; Com Tensao de Alimentacao de 110 V, Com Potencia de 105 Watts; Certificacao Compulsoria do Certificacao Compulsoria do Inmetro; e Garantia de No Minimo 12 Meses; | 6234720 | 452767 | Unidade | 20 |
| 39 | Escada; Aluminio; Tipo Articulada, 4x4; Medindo Medindo No Minimo 1,20m de Altura (fechada), Altura Estendida de No Minimo 4,23m; Com 16 Degraus, Sendo 4 Partes de 4 Degraus; No Minimo 07 Posicoes de Uso Mais Uma Posicao Compacta; Degrau Em Degrau Em Aluminio; Com Capacidade 150 Kg; No Minimo 07 Posicoes de Uso Mais Uma Posicao Compacta; 12 Meses; | 6459048 | 408686 | Unidade | 5 |
| 40 | Maquina de Gelo; Automatica, para Fabricacao de Gelo Em Cubos; Em Aco Inox Aisi 304; Medidas Maximas: (170 x 100 x 100)cm= (a x l x P); Producao Minima 150 Kg/24h; Com Temperatura Da Agua Em Entrada Nao Superior A25 Graus; Deposito Com Capacidade Minima 145 Litros; 220v, 60 Hz; Garantia Minima 12 Meses | 5578116 | 484182 | Unidade | 4 |
| 41 | Eletroduto Corrugado, Em Pvc; Com Diametro de 3/4 Polegada; para Instalacoes Embutidas Em Parede; Antichama; Na Cor Laranja; Classe Reforcada; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes; | 5544840 | 384302 | Rolo 50 Metro | 100 |
| 42 | Globo; de Vidro Leitoso; para Ser Utilizado Como para Ser Utilizado Como Protecao de Lampada Em Poste para Jardim; Com Encaixe do Tipo Com Encaixe Tipo Parafuso; Devendo o Globo Ser Entregue Com Devendo o Globo Ser Entregue Com Colar e Parafusopara Fixacao; No Tamanho Diametro de 30cm e Boca de 15cm; | 6078508 | 458590 | Unidade | 50 |
| 43 | Eletrodo de Solda; Composicao: C=0,06%, Si=0,22% e Mn=0,37%, E6013; Diametro 2,5mm; Tipo: E6013; Comprimento 350mm; Conforme Classificacao Asme Sfa 5.1; caixa contendo 5 Quilogramas | 5906962 | 377785 | Quilograma | 48 |
| 44 | Cal hidratada para pintura (caiação); Composta predominantemente por hidróxidos de cálcio e/ou magnésio, podendo conter carbonatos e óxidos residuais; Aspecto físico em pó; Cor branca; Aplicação em construção civil, inclusive para pintura (caiação); Devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7175; Com fornecimento de Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme | 1303830 | 248941 | Saco de 8 Quilogramas | 400 |

| | | | | | |
|----|--|---------|--------|---------|-----------|
| | ABNT NBR 14725; Embalagem original, lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. | | | | |
| 45 | Mini Disjuntor; Tripolar; 63a; Curva de Disparo C; Cap de Interrupcao 10ka (230/380vca) Conf Nbr Nm 60898, 15ka (230/380vca) Conf Nbr lec 60947-2; Com Encaixe para Trilho Din 35mm; | 6505929 | 402019 | Unidade | 30 |
| 46 | Mini Disjuntor; Tripolar; 32a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 10ka (127/220vca), 6ka (220/380vca), Conforme Nbr Nm 60898-1; Com Encaixe para Trilho Din 35mm; | 6505937 | 623128 | Unidade | 50 |
| 47 | Mini Disjuntor; Monopolar; Corrente Nominal 25a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 5ka (127/220vca) / 3ka (220/380vca); Fixacao Por Trilho Din 35mm; Conforme Nbr Nm 60898-1, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | 5629470 | 616751 | Unidade | 50 |
| 48 | Mini Disjuntor; Monopolar; Corrente Nominal 16a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 5ka (127/220vca) / 3ka (220/380vca); Fixacao Por Trilho Din 35mm; Conforme Nbr Nm 60898-1, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | 5630088 | 616753 | Unidade | 50 |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 498.681,73

8.1 A pesquisa de preço foi realizada conforme Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, do qual regula o §1º do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dispõe sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica estadual.

8.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 498.681,73 (quatrocentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos), conforme custos unitários apostos em tabela descritiva no Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não será adotado o parcelamento de itens pois, de acordo com o Art. 40, §3, inciso I, da Lei nº 14133/21, haverá a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos e/ou a maior vantagem na contratação na compra do item do mesmo fornecedor.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Há contratações correlatas e/ou interdependentes em trâmite relacionadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, as quais contribuem para o atendimento das demandas de manutenção predial da Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Tais contratações visam garantir a conservação, a funcionalidade e a segurança das instalações da Unidade, sendo complementares entre si e integrando um conjunto de ações coordenadas voltadas à melhoria da infraestrutura institucional.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O presente objeto está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas do Termo de Referência.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico para a Academia de Polícia Militar do Barro Branco proporcionará uma série de benefícios estratégicos, conforme detalhado a seguir:

12.1.1. **Aprimoramento das Condições das Instalações e Conforto Térmico:** A utilização de materiais e equipamentos de qualidade assegurará a melhoria das condições estruturais, elétricas e funcionais das instalações, promovendo um ambiente mais seguro, adequado e eficiente, além de garantir condições adequadas de hidratação e bem-estar para o efetivo e alunos;

12.1.2. **Incremento da Eficiência Operacional e Apoio Logístico:** A disponibilidade adequada de materiais e equipamentos de apoio permitirá a execução ágil dos serviços de manutenção e a continuidade do suporte logístico necessário às atividades de ensino e treinamento, sem interrupções ou prejuízos operacionais;

12.1.3. **Compromisso com a Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental:** A priorização de materiais que possuam certificações ambientais e menor impacto ecológico demonstra o comprometimento da Academia com práticas sustentáveis, em conformidade com a legislação vigente;

12.1.4. **Economicidade e Otimização de Recursos:** A seleção criteriosa dos materiais, com base em pesquisa de preços e análise de custo-benefício, assegura o uso eficiente dos recursos públicos, garantindo aquisições vantajosas e minimizando desperdícios;

12.1.5. **Aderência às Normas de Segurança:** A escolha de materiais em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) e demais normas técnicas aplicáveis contribui para a segurança dos usuários e dos profissionais envolvidos nas atividades de manutenção;

12.1.6. **Valorização Institucional e Modernização:** A adequada manutenção das instalações e a modernização dos equipamentos de apoio reforçam o compromisso da Academia com a excelência, fortalecendo sua imagem institucional perante a sociedade, alunos e órgãos de controle.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não foram identificadas providências adicionais além daquelas já previstas neste Estudo Técnico Preliminar, considerando a adequação da solução proposta às necessidades da Administração.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico para a Academia de Polícia Militar do Barro Branco poderá gerar impactos ambientais de baixa magnitude, os quais serão monitorados e mitigados de forma adequada, em conformidade com a legislação vigente:

14.1.1. **Geração de Resíduos:** A utilização de materiais e a substituição de equipamentos permanentes podem gerar resíduos, como embalagens, componentes eletrônicos substituídos e sobras de insumos. Esses resíduos serão manejados de forma adequada, com destinação ambientalmente correta, observando-se a logística reversa quando aplicável, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010;

14.1.2. **Consumo de Recursos Naturais e Eficiência Energética:** Os materiais e equipamentos demandam recursos naturais em sua fabricação. Serão priorizados produtos com maior durabilidade e, no caso de equipamentos eletroeletrônicos, aqueles com melhores índices de eficiência energética (Selo Procel ou equivalente), reduzindo o impacto ambiental e o consumo de energia da Unidade;

14.1.3. **Emissões de Poluentes:** A produção e o transporte dos materiais podem gerar emissões atmosféricas. A seleção de fornecedores comprometidos com práticas sustentáveis contribuirá para a redução desses impactos;

14.1.4. **Uso de Materiais e Componentes:** A escolha de materiais que atendam às normas técnicas e apresentem menor impacto ambiental, como tintas de baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOC) e lâmpadas de tecnologia LED, contribuirá para a segurança e sustentabilidade das instalações;

14.1.5. **Impacto na Biodiversidade:** As atividades de manutenção e instalação serão realizadas em ambiente interno e controlado, sem impacto significativo sobre áreas naturais.

14.2. Medidas Mitigadoras:

14.2.1. **Gestão de Resíduos:** Implementar a correta segregação e destinação dos resíduos, incluindo o descarte adequado de equipamentos inservíveis (sucata eletrônica), priorizando a reciclagem;

14.2.2. **Uso Racional de Materiais:** Promover o uso consciente, evitando desperdícios e garantindo maior eficiência na aplicação e instalação;

14.2.3. **Seleção Sustentável de Fornecedores:** Priorizar fornecedores que comprovem a conformidade de seus produtos com normas técnicas e de eficiência energética;

14.2.4. **Monitoramento Contínuo:** Acompanhar os impactos ambientais decorrentes da contratação, adotando medidas corretivas sempre que necessário.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para aquisição de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico destinados à Academia de Polícia Militar do Barro Branco mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

15.2. Sob o ponto de vista técnico, a solução proposta atende plenamente às necessidades da Administração, permitindo a adequada execução dos serviços de manutenção, conservação e adequação das instalações, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

15.3. No aspecto operacional, a contratação possibilita a continuidade das atividades institucionais, assegurando condições adequadas de funcionamento, infraestrutura, suporte logístico e bem-estar na Unidade, sem prejuízo às rotinas administrativas, de ensino e operacionais.

15.4. Quanto ao aspecto econômico, a solução demonstra-se vantajosa, considerando que a estimativa de preços foi realizada com base em pesquisa de mercado, assegurando compatibilidade com os valores praticados e promovendo o uso eficiente dos recursos públicos.

15.5. Ademais, a contratação está alinhada aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021.

15.6. Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEBORA DE OLIVEIRA ABILIO

Cb PM Auxiliar Setor de Projetos e Manutenção



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 15:32:10.

MARCIO CHIURATTO

1º Ten PM Chefe Setor de Projetos e Manutenção



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 17:09:55.

Anexo III - Modelo de planilha de proposta

| ITEM | DESCRIÇÃO DO MATERIAL | MARCA - MODELO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE | VALOR | |
|------|---|----------------|-------------------------|------------|----------|-------|
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 1 | Alicate para Uso Geral; Tipo Universal, Em Aco Cromo Vanadio, Com Tratamento Termico Total e Inducao No Corte; Medindo 8 Polegadas; Com Cabo Isolado Em Pvc para Ate 1000 V; Acabamento Fosfatizado, Com Faces Lixadas; Com Bico Reto; para Corte Duro. | | Unidade | 10 | RS | - |
| 2 | Alicate para Uso Geral; Bico Meia Cana Com Cortador; Medindo 6"; Isolado para Tensoes de 1000vca,cabo Curvo Antideslizante Com Aba Protetora; Aco Cromo Vanadio,Polido, Zona de Corte Temperadapor Inducao; Bico Reto Com Ranhuras; Conforme Nbr 9699, Acondicionamento Em Blister; | | Unidade | 10 | RS | - |
| 3 | Soldador; Cabo Em Termoplastico, Corpo Em Metal Resistente; Tipo Ferro de Solda; Funcionamento Por Resistencia Eletrica; Sem Regulador; Potencia Nominal 60w; Voltagem 220 V; | | Unidade | 5 | RS | - |
| 4 | Alicate para Uso Geral; Alicate de Pressao para Soldagem Ou Montagem; Medindo 10", Comprimento Total 250mm; Com Mordente Curvo - Aperto Prolongando - Contendo Dispositivo de Trava, Mola e Parafuso de Ajuste; | | Unidade | 10 | RS | - |
| 5 | Martelo; Tipo Unha; Pesando Aproximadamente 750g; Diametro Aproximado Da Cabeca de 27mm; Cabeca de Aco Forjado e Cabo Em Fibra de Vidro; | | Unidade | 10 | RS | - |
| 6 | Jogo de Chave; Tipo Chave de Fenda e Chave Philips; Em Aco Cromo Vanadio, Com Cabo Em Polipropileno; Com Pontas Magnetizadas; Philips N0x3";n1x3";n2x4";n2x1.1/2"; fenda 3/16"x1.1/2";1/8"x3";3/16"x3";1/4"x4";5/16"x6";1/4"x1.1 /2"; Contendo 10 Pecas; | | Jogo | 5 | RS | - |
| 7 | Passa Fio; de Aco Revestido de Polipropileno Reforcado; Ponta de Tracao Soldada Confeccionada Em Latao; 20 Metros | | Unidade | 10 | RS | - |
| 8 | Fita Isolante; Dorso de Pvc, Recoberta Com Adesivo a Base de Borracha Sensivel a Pressao; Cor Preta; Largura: 19 Mm; Espessura: 0,19 Mm; Temperatura: 105 Graus Celsius, Classificacao de Voltagem 750v; Resistencia a Tracao: 158 N/ 100mmm; Alongamento: 210%; Norma Tecnica: Abnt Nbr Nm 60454-3-1 Tipo 9 Classe A; | | Rolo 20 metros | 150 | RS | - |
| 9 | Extensao Paralela; 2 x S=2.5mm2, Cabo Pp; Corrente 20a; Tensao de 250v; Com 3 Tomadas Padrao Abnt Nbr 14136; Formato Carretel Com Suporte Metalico para Sustentacao e Transporte; 30 Merros | | Unidade | 5 | RS | - |
| 10 | Chuveiro Eletrico; de Termoplastico; Na Voltagem de 220v; Com Controle de temperatura eletronic; e Potencia de 6800w; Ducha Manual Com Mangueira; Na Cor Branca; Com Rosca de 3 /4"; de Trabalho de 40mca (400kpa);vazão 6L/Min; dimensões aproximada 22,8x10,2x38,3 cm; peso 0,88 Kg; Consumo de 34 Kwh/mês; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes, Garantia Mínima de 12 Meses; | | Unidade | 200 | RS | - |
| 11 | Lampada Tubular Leds; Bulbo T8 Branco Leitoso; Base G13; Comprimento 1200mm x Diametro Aproximado 25mm; Potencia 18 Watts; Tensao 100 a 240 Vca; 60 Hz; Leds Smd; Fluxo Luminoso Maior Ou Igual a 1800lm; Temperatura Da Cor 6000 a 6500k; Angulo do Feixe Luminoso Maior Ou Igual a 120°; Fator de Potencia Maior Ou Igual a 0,92; Irc Maior Ou Igual a 85%; Vida Util Maior Ou Igual a 20.000 Horas; Alimentacao Unilateral, Fases Na Mesma Extremidade; de Acordo Com Nbr/abnt Vigentes; | | Unidade | 1500 | RS | - |
| 12 | Lampada de Led; de Plastico, Vidro e Metal; Formato do Bulbo: Esferico; Dimensoes: 111mm x 40mm (cxl); Base: E27; Potencia: 12w; Fluxo Luminoso: 1311 Lumens; Tensao de Trabalho: Bivolt; Vida Util: 25000 Horas; Temperatura de Cor: 3000k; Fator de Potencia Maior Ou Igual a 0,7; | | Unidade | 1000 | RS | - |
| 13 | Tomada Eletrica; de Termoplastico; de Embutir Dupla; No Formato Hexagonal; Com 2 Polos + Terra, Padrao Brasileiro; Redondo; Na Cor Branca; Com Capacidade Eletrica de 20a - 250v; Com Espelho e Parafusos para Fixacao; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Nbr Nm 60884-1 e Nbr 14136, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | | Unidade | 200 | RS | - |
| 14 | Interruptor Eletrico; de Termoplastico;; de De Embutir; Intermediario Paralelo; Com Uma Tecla; Na Cor Na Cor Branco; Placa de 4"x2";, Com Com 10a-250v; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes; | | Unidade | 150 | RS | - |
| 15 | Eletroduto Rigido de Acocarbono, Rosca Nbr 8133; Galvanizado; Diametro de 3/4 Polegadas (19mm), Serie Leve; Conforme Nbr 13057; | | Barra 3 Metro | 100 | RS | - |
| 16 | Luminaria de Led; Corpo Em Alumínio, Tipo Refletor; No Formato Retangular; Medindo Aproximadamente (28,4 x 23,2) cm, Com Altura de 12 a 15cm; Na Cor Preta; Potencia 200 Watts; Bivolt; Fluxo Luminoso Minimo de 20000 Lumens; Temperatura de Cor 5500 a 6500k (branca Fria); Fator de Potencia Minimo de 0,80; Grau de Protecao Ip67; Vida Util Minima de 25.000 a 30.000 Horas; Angulo de Iluminacao 120°, Irc Minimo 80; Garantia Minina de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes; | | Unidade | 100 | RS | - |

| | | | | | | | |
|----|--|--|-----------------|-----|--|-----|---|
| 17 | Luminaria de Led; Corpo Em Alumínio e Difusor EmPoliestireno; Formato Redondo, Modelo Plafon deEmbutir; Medindo 300mm de Diâmetro; Cor Branca;Potencia de 24w; Bivolt; Fluxo Luminoso Mínimo de 1800lm; Temperatura de Cor 6.500k; Fator de Potencia Maior Que 0,5; Grau de Proteção Ip20; Vida Útil Mínima de 15.000 Horas; Nicho de Corte de 285mm; (Plafonier) | | Unidade | 100 | | R\$ | - |
| 18 | Lampada Spot; do Tipo Led Dicroica de Embutir Direcionavel; No Tamanho Diâmetro de 8,5cm; Com Base No Formato Redondo; Com Alimentacao Eletrica para Bivolt; Com Potencia Nominal de 7w; Temperatura de Cor 6500k; | | Unidade | 250 | | R\$ | - |
| 19 | Canaleta; Em Pvc Auto Extinguível; Formato Retangular; Com Tampa Arredondada Nas Laterais, Tampa Reta No Centro Da Canaleta; Fechada; Nas Dimensoes 20 x 10 Mm; Minicanal; Com Comprimento de 2 Metros; Na Cor Branca; Sem Divisoria; Fita Adesiva de Alto Poder de Fixacao; Sera Utilizada Em Passagem de Cabos de Dados, Voz e Energia; de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes; Com Recorte Fechado e Encaixe Frontal do Tipo Mola; | | Peça 2 Metro | 200 | | R\$ | - |
| 20 | Cabo Eletrico; Cobre; 10 Mm; Cap Termoplastica Anti-chama; 450/750 V; Flexivel; Vermelho | | Rolo 100 Metros | 20 | | R\$ | - |
| 21 | Cabo Eletrico; Fios de Cobre Eletrolitico Nu, Tempera Mole, Encordoamento Classe 5; Secao Nominal 6mm2; Isolacao de Composto Termoplastico Nao Halogenado; Tensao de Isolacao 450/750v; Temperatura de Servico 70°C; Cor Azul Claro; Conforme Normas Nbr Nm 280 e 13248, Com Certificacao Compulsoria Inmetro; | | Rolo 100 Metros | 40 | | R\$ | - |
| 22 | Fio Eletrico; Instalacoes Eletricas; Revestimento: Isolado Em Composto Termoplastico Polivinilico (pvc) Tipo Bwf; Material do Condutor Em Cobre Eletrolitico, Flexivel; Secao Nominal Condutor 4 Mm2; Camada Isolante Pvc 70 Graus, Isolamento Termoplastico, Antichama, 750 V; Classe de Temperatura Classe Termica: 70 Grc; Material Da Cobertura Em Pvc, Na Cor Vermelha; Conforme Norma Tecnica Nbr Abnt Vigentes; | | Rolo 100 metros | 50 | | R\$ | - |
| 23 | Fio Eletrico; Instalacoes Eletricas; Material do CondutorCobre Eletrolitico, Tempera Mole, Classe Encordoamento1; Secao Nominal Condutor 2,5 mm2; Camada Isolante Tensao Isolacao 450/ 750v; Classe de Temperatura Em Regime Permanente 70°C; Material Da Cobertura Pvc Bwf Antichama, Cor Branca; Conforme Norma Tecnica Nbr Nm 247-3 e Nm 280, Com Certificacao Compulsoria Inmetro; | | Rolo 100 Metros | 50 | | R\$ | - |
| 24 | Boia Eletrica; Controle do Nivel de Agua Em Caixas D'agua, Pocos e Cisternas; Controle de Nivel Inferior Ou Superior; Em Polipropileno Com Grau de Protecao Ipx8; Mecanismo Eletromecanico Isento de Mercurio; Capacidade de 15a Com Carga Resistiva Em 250v; | | Unidade | 10 | | R\$ | - |
| 25 | Peca de Reposicao para Ventilador; Chave Interruptora, para Ventilador de Parede, Com Tecla de Velocidade Minima, Media e Maxima; Liga e Desliga; Ventilador de Parede 50cm; | | Unidade | 50 | | R\$ | - |
| 26 | Rele Eletrico Em Polipropileno, Tipo Fotoeletrico, 1000 W, 127 /220v | | Unidade | 200 | | R\$ | - |
| 27 | Multimetro; Em Plastico Resistente; Categoria Iv-600v; Digital; Portatil; Visor Lcd; Com Faixas de Medicao Automatica; Tensao True Rms Ac de Ate 1000v e Tensao Dc de Ate 1000v, Com Frequencia de Ate 1mhz; Faixas de Corrente Ate 10 a e Ate 400 Ma; Medicao de Resistencia de Ate 40m Ohms; Testes de Diodo e Continuidade Audivel, Seguranca/conformidade Norma Iec 1010; 1 Nanofa 500 Microf (desvio: 10%); Acompanha: Jogo de Pontas de Prova e Manual de Operacoes Em Portugues; Estojo para Transporte e Armazenamento; Garantia Minima de 12 Meses; Acondicionado Em Material Apropriado Que Garanta a Integridade do Produto | | Unidade | 10 | | R\$ | - |
| 28 | Interruptor Eletrico; Termoplastico; de Embutir; 01 Secao Paralelo + Tomada; Com Uma Tecla + Tomada; Na Cor Branca; Placa de 4 x 2 Polegadas; Com 10a/220v; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes; | | Unidade | 100 | | R\$ | - |
| 29 | Luminaria de Led; Em Liga de Alumínio; para Poste de Via Publica, Formato Pétala, Com Fotocelula; MedindoAproximadamente (303x156x770)mm=(lxaxc);Acabamento Em Pintura Eletrostatica Na Cor Cinza OuPreto; Potencia de 200w; Bivolt Automatico; Fluxo Luminoso Mínimo de 20.000 Lumens; Temperatura Da Cor Mínima de 6000k a 6500k; Fator de Potencia Mínimo de 0,95, Irc Mínimo de 70; Grau de Proteção Ip 66; Vida Útil Mínima de 50.000 Horas; para Postes de 3 a 20m de Altura e Braco de 48 a 60mm de Diâmetro; Rele Fotoeletrico Padrao Nema; de Acordo Com Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes; | | Unidade | 50 | | R\$ | - |
| 30 | Luva de Seguranca; Em Borracha Isolante Classe 2, Tipo Ii; No Tamanho 10-10,5 (m); para Protecao de Usuario de Servicos Com Eletricidade (resistente a Ozonio),deverá Resistir a Tensão Máxima de Uso de 17000vca; Cano Comprimento Mínimo 356 Mm; Com Punho do Mesmo Material; Dorso Normal; Palma Lisa; Sem Forro; e Suas Condições Deverao Atender a Norma Nbr 10622/89, Com Selo do Inmetro; Devera Ter Certificado de Aprovacao do Ministério do Trabalho, Embaladas Por Par Em Envelope Plástico, Dentro de Caixa de Papelão; | | Par | 20 | | R\$ | - |

| | | | | | | | |
|----|--|--|-----------------------|-----|--|-----|---|
| 31 | Talabarte de Seguranca; Confeccionado Em Fita de Poliester Primaria de 45mm; do Tipo Duplo Em y Contra Quedas; Medindo Comprimento Maximo 0,90 M; Com 2 Conectores Dupla Trava Confeccionados Em Aco, Abertura de 55+-3mm Classe A; e 1 Conector Dupla Trava, Confeccionado Em Aco Comabertura de 16 + - 3mm, Classe T; | | Unidade | 10 | | R\$ | - |
| 32 | Lubrificante Aerosol; Liquido; Utilizado Em Lubrificacao e Protecao de Pecas Metalica, corrosao Ferrugem, Desgaste, Desengripante; Composto de Destilado Alifatico e Oleos de Petroleo, inibidor de Corrosao e Propelente; Nao Deve Conter Clorofluorcarbono (cfc); Propriedades Ponto de Fulgor 55 Grau Celsius, Densidade 0,82; Embalado Em Lata Metalica Acompanhada de Canudo Prolongador; | | Frasco 300 Mililitros | 100 | | R\$ | - |
| 33 | Trena; Fita de Fibr de Vidro Revestida Em Vinil; Caixa Em Plastico Abs; Tipo Aberta, Com Manivela P/ Recolhimento Da Fita Clipe Metalico Na Ponta Da Fita, Cabo Anatomico; Medindo 100 M; Largura Aproximada 13 Mm; Graduacao Em Milimetro, Polegada e Metro; | | Unidade | 5 | | R\$ | - |
| 34 | Trena; de Fita de Aco; Trena de Extensao, graduacao Em Mm, Cm e M; ; Acondicionada Em Caixa Plastica(abs), freio Auxiliar e ,sistema Amortecedor de Impacto; Comprimento 5m (16'); Material Aço e ABS de Alto Impacto; Graduação Métrica e Polegadas; Largura 19,05mm (3/4") | | Unidade | 10 | | R\$ | - |
| 35 | Trena; Fita de Aco Cronoacetinada, prumo Em Latao Macico, formato Cilindrico e Ponta Conica; de Profundidade, milimetrada; 10 Metros; Acondicionada Em Embalagem Plastica; | | Unidade | 10 | | R\$ | - |
| 36 | Ventilador; Tipo de Parede; Medindo 60 Cm de Diametro; C/grade Protetora Metalica Pintada Em Epoxi; Na Cor Preta; Com 3 Pas de Nylon; Velocidade Gradual; Bivolt, 110/220v; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses; | | Unidade | 150 | | R\$ | - |
| 37 | Equipamento para Melhoria Da Qualidade Da Agua; Purificador de Agua; Gabinete Em Plastico Atoxico; Instalado Em Ponto de Consumo; para Entrada de Agua Pre Tratada; Retencao de Particulas: Classe c = 5 a 15 Micras; Reducao de Cloro Livre; Sem Eficiencia Bacteriologica; Com Vazao Maxima de Trabalho Recomendada de 60 L/h Agua Gelada: Fornecimento de Aprox 1.25 L/h; Pressao Maxima 50 Mca; Pressao Minima 5 Mca; Voltagem 220 V, Potencia 90 W, Refrigeracao Por Compressor, Termostato Regulavel Externo; Vida Util Da Unidade Condicionadora Minima de 06 Meses Ou 3000 L; Com 2 Torneiras, Medindo (410x312x357)mm (axlxf) Aproximadamente; Pesando Aprox. 11 Kg; Conforme Normas Nbr/abnt e Legislacao Vigentes; Certificacao Compulsoria do Inmetro; | | Unidade | 20 | | R\$ | - |
| 38 | Bebedouro Eletrico; de Tipo Industrial; Gabinete Em Aco Inox 430, Isolamento Em Poliuretano; Materia Prima Frontal Em Chapa de Aco Pintado Na Cor Branca; Com Tres Torneiras Em Antimonio, Acionamento Rapido, Acabamento Cromado; Sendo Desmontaveis para Higienizacao; Reservatorio Em Aco Inox 430, Com Capacidade de 100 Litros; Com Serpentina Em Aco Inox e Isolamento Em Poliuretano, Compressor Hermetico de 1/4 Hp, Com Gas Ecologico; Medindo Aproximadamente 0.52 m de Altura, 0.72 m de Largura, 0.42 m de Profundidade; para Uso Externo e Interno, Com Grau de Protecao Ipx4; Com Tensao de Alimentacao de 110 V, Com Potencia de 105 Watts; Certificacao Compulsoria do Certificacao Compulsoria do Inmetro; e Garantia de No Minimo 12 Meses; | | Unidade | 20 | | R\$ | - |
| 39 | Escada; Alumínio; Tipo Articulada, 4x4; Medindo Medindo No Minimo 1,20m de Altura (fechada), Altura Estendida de No Minimo 4,23 m; Com 16 Degraus, Sendo 4 Partes de 4 Degraus; No Minimo 07 Posicoes de Uso Mais Uma Posicao Compacta; Degrau Em Degrau Em Alumínio; Com Capacidade 150 Kg; No Minimo 07 Posicoes de Uso Mais Uma Posicao Compacta; 12 Meses; | | Unidade | 5 | | R\$ | - |
| 40 | Maquina de Gelo; Automatica, para Fabricacao de Gelo Em Cubos; Em Aco Inox Aisi 304; Medidas Maximas: (170 x 100 x 100)cm= (a x l x P); Producao Minima 150 Kg/24h; Com Temperatura Da Agua Em Entrada Nao Superior A 25 Graus; Deposito Com Capacidade Minima 145 Litros; 220v, 60 Hz; Garantia Minima 12 Meses | | Unidade | 4 | | R\$ | - |
| 41 | Eletroduto Corrugado, Em Pvc; Com Diametro de 3/4 Polegada; para Instalacoes Embutidas Em Parede; Antichama; Na Cor Laranja; Classe Reforcada; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes; | | Rolo 50 Metros | 100 | | R\$ | - |
| 42 | Globo; de Vidro Leitoso; para Ser Utilizado Como para Ser Utilizado Como Protecao de Lampada Em Poste para Jardim; Com Encaixe do Tipo Com Encaixe Tipo Parafuso; Devendo o Globo Ser Entregue Com Devendo o Globo Ser Entregue Com Colar e Parafuso para Fixacao; No Tamanho Diametro de 30cm e Boca de 15cm; | | Unidade | 50 | | R\$ | - |
| 43 | Eletrodo de Solda; Composicao: C=0,06%, Si=0, 22% e Mn=0,37%, E6013; Diametro 2,5mm; Tipo: E6013; Comprimento 350mm; Conforme Classificação Asme Sfa 5.1; caixa contendo 5 Quilogramas | | Quilograma | 48 | | R\$ | - |

| | | | | | | |
|--------------------|--|--|-----------------------|-----|--|--------------|
| 44 | Cal hidratada para pintura (caiação); Composta predominantemente por hidróxidos de cálcio e/ou magnésio, podendo conter carbonatos e óxidos residuais; Aspecto físico em pó; Cor branca; Aplicação em construção civil, inclusive para pintura (caiação); Devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7175; Com fornecimento de Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme ABNT NBR 14725; Embalagem original, lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. | | Saco de 8 Quilogramas | 400 | | R\$ - |
| 45 | Mini Disjuntor; Tripolar; 63a; Curva de Disparo C; Cap de Interrupcao 10ka (230/380vca) Conf Nbr Nm 60898, 15ka (230/380vca) Conf Nbr Iec 60947-2; Com Encaixe para Trilho Din 35mm; | | Unidade | 30 | | R\$ - |
| 46 | Mini Disjuntor; Tripolar; 32a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 10ka (127/220vca), 6ka (220/380vca), Conforme Nbr Nm 60898-1; Com Encaixe para Trilho Din 35mm; | | Unidade | 50 | | R\$ - |
| 47 | Mini Disjuntor; Monopolar; Corrente Nominal 25a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 5ka (127/220vca) / 3ka (220/380vca); Fixacao Por Trilho Din 35mm; Conforme Nbr Nm 60898-1, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | | Unidade | 50 | | R\$ - |
| 48 | Mini Disjuntor; Monopolar; Corrente Nominal 16a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 5ka (127/220vca) / 3ka (220/380vca); Fixacao Por Trilho Din 35mm; Conforme Nbr Nm 60898-1, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | | Unidade | 50 | | R\$ - |
| TOTAL GERAL | | | | | | R\$ - |

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO

Ata de Registro de Preços 10/2026

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|----------------------------------|--------------------------|
| 10/2026 | 180174-ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO | TAIANY CAROLINE SANTANA DA SILVA | 01/06/2026 10:01 (v 0.7) |
| Status | CONCLUIDO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | 20/2026 | 057.00112648/2026-00 |

Cabeçalho



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO BARRO BRANCO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP N.º 174/010/26**

O Estado de São Paulo, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Academia de Polícia Militar do Barro Branco, com sede na Avenida Água Fria, 1923, na cidade de São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob nº 04.198.514/0053-85, neste ato representada pelo Coronel PM Adalberto Gil Lima Mendonça, nomeado conforme publicação inserta no DOE de 30 de abril de 2026, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 057.00258434/2025-90, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços dos fornecedores indicados e qualificados nesta ata, de acordo com a classificação por eles alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no licitação Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.ir:

1. Do objeto

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de manutenção predial, materiais elétricos e equipamentos de apoio logístico, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem:

| Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | |
|---|--|----------------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| Item | Especificação | Marca / Modelo | Unidade de medida | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Alicate para Uso Geral; Tipo Universal, Em Aco Cromo Vanadio, Com Tratamento Termico Total e Inducao No Corte; Medindo 8 Polegadas; Com Cabo Isolado Em Pvc para Ate 1000 V; Acabamento Fosfatizado, Com Faces Lixadas; Com Bico Reto; para Corte Duro. | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| 2 | Alicate para Uso Geral; Bico Meia Cana Com Cortador; Medindo 6"; Isolado para Tensoes de 1000vca,cabo Curvo Antideslizante Com Aba Protetora; Aco Cromo Vanadio,Polido, Zona de Corte Temperadapor Inducao; Bico Reto Com Ranhuras; Conforme Nbr 9699, Acondicionamento Em Blister; | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| 3 | Soldador; Cabo Em Termoplastico, Corpo Em Metal Resistente; Tipo Ferro de Solda; Funcionamento Por Resistencia Eletrica; Sem Regulador; Potencia Nominal 60w; Voltagem 220 V; | | Unidade | 5 | R\$ | R\$ |
| 4 | Alicate para Uso Geral; Alicate de Pressao para Soldagem Ou Montagem; Medindo 10", Comprimento Total 250mm; Com Mordente Curvo - Aperto Prolongando - Contendo Dispositivo de Trava, Mola e Parafuso de Ajuste; | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| 5 | Martelo; Tipo Unha; Pesando Aproximadamente 750g; Diametro Aproximado Da Cabeca de 27mm; Cabeca de Aco Forjado e Cabo Em Fibra de Vidro; | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| 6 | Jogo de Chave; Tipo Chave de Fenda e Chave Philips; Em Aco Cromo Vanadio, Com Cabo Em Polipropileno; Com Pontas Magnetizadas; Philips N0x3";n1x3";n2x4";n2x1.1/2"; fenda 3/16"x1.1/2";1/8"x3";3/16"x3";1/4"x4";5/16"x6";1/4"x1.1 /2"; Contendo 10 Pecas; | | Jogo | 5 | R\$ | R\$ |
| 7 | Passa Fio; de Aco Revestido de Polipropileno Reforcado; Ponta de Tracao Soldada Confeccionada Em Latao; 20 Metros | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| 8 | Fita Isolante; Dorso de Pvc, Recoberta Com Adesivo a Base de Borracha Sensivel a Pressao; Cor Preta; Largura: 19 Mm; Espessura: 0,19 Mm; Temperatura: 105 Graus Celsius, Classificacao de Voltagem 750v; Resistencia a Tracao: 158 N/ 100mmm; Alongamento: 210%; Norma Tecnica: Abnt Nbr Nm 60454-3-1 Tipo 9 Classe A; | | Rolo 20 metros | 150 | R\$ | R\$ |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|---|--|---------------|------|-----|-----|
| 9 | Extensao Paralela; 2 x S=2.5mm2, Cabo Pp; Corrente 20a; Tensao de 250v; Com 3 Tomadas Padrao Abnt Nbr 14136; Formato Carretel Com Suporte Metalico para Sustentacao e Transporte; 30 Merros | | Unidade | 5 | R\$ | R\$ |
| 10 | Chuveiro Eletrico; de Termoplastico; Na Voltagem de 220v; Com Controle de temperatura eletronico; e Potencia de 6800w; Ducha Manual Com Mangueira; Na Cor Branca; Com Rosca de 3 /4"; de Trabalho de 40mca (400kpa);vazão 6L/Min; dimensões aproximada 22,8 x10,2x38,3 cm ; peso 0,88 Kg; Consumo de 34 Kwh/mês; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes, Garantia Minima de 12 Meses; | | Unidade | 200 | R\$ | R\$ |
| 11 | Lampada Tubular Leds; Bulbo T8 Branco Leitoso; Base G13; Comprimento 1200mm x Diametro Aproximado 25mm; Potencia 18 Watts; Tensao 100 a 240 Vca; 60 Hz; Leds Smd; Fluxo Luminoso Maior Ou Igual a 1800lm; Temperatura Da Cor 6000 a 6500k; Angulo do Feixe Luminoso Maior Ou Igual a 120°; Fator de Potencia Maior Ou Igual a 0,92; Irc Maior Ou Igual a 85%; Vida Util Maior Ou Igual a 20.000 Horas; Alimentacao Unilateral, Fases Na Mesma Extremidade; de Acordo Com Nbr/abnt Vigentes; | | Unidade | 1500 | R\$ | R\$ |
| 12 | Lampada de Led; de Plastico, Vidro e Metal; Formato do Bulbo: Esferico; Dimensoes: 111mm x 40mm (cxl); Base: E27; Potencia: 12w; Fluxo Luminoso: 1311 Lumens; Tensao de Trabalho: Bivolt; Vida Util: 25000 Horas; Temperatura de Cor: 3000k; Fator de Potencia Maior Ou Igual a 0,7; | | Unidade | 1000 | R\$ | R\$ |
| 13 | Tomada Eletrica; de Termoplastico; de Embutir Dupla; No Formato Hexagonal; Com 2 Polos + Terra, Padrao Brasileiro; Redondo; Na Cor Branca; Com Capacidade Eletrica de 20a - 250v; Com Espelho e Parafusos para Fixacao; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Nbr Nm 60884-1 e Nbr 14136, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | | Unidade | 200 | R\$ | R\$ |
| 14 | Interruptor Eletrico; de Termoplastico;; de De Embutir; Intermediario Paralelo; Com Uma Tecla; Na Cor Na Cor Branco; Placa de 4"x2";, Com Com 10a-250v; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes; | | Unidade | 150 | R\$ | R\$ |
| 15 | Eletroduto Rigido de Acocarbono, Rosca Nbr 8133; Galvanizado; Diametro de 3/4 Polegadas (19mm), Serie Leve; Conforme Nbr 13057; | | Barra 3 Metro | 100 | R\$ | R\$ |
| 16 | Luminaria de Led; Corpo Em Aluminio, Tipo Refletor; No Formato Retangular; Medindo Aproximadamente (28,4 x 23,2) cm, Com Altura de 12 a 15cm; Na Cor Preta; Potencia 200 Watts; Bivolt; Fluxo Luminoso Minimo de 20000 Lumens; Temperatura de Cor 5500 a 6500k (branca Fria); Fator de Potencia Minimo de 0,80; Grau de Protecao Ip67; Vida Util Minima de 25.000 a 30.000 Horas; Angulo de Iluminacao 120°, Irc Minimo 80; Garantia Minina de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes; | | Unidade | 100 | R\$ | R\$ |

| | | | | | | |
|----|--|--|-----------------|-----|-----|-----|
| 17 | Luminaria de Led; Corpo Em Alumínio e Difusor Em Poliestireno; Formato Redondo, Modelo Plafon de Embutir; Medindo 300mm de Diâmetro; Cor Branca; Potência de 24w; Bivolt; Fluxo Luminoso Mínimo de 1800lm; Temperatura de Cor 6.500k; Fator de Potência Maior Que 0,5; Grau de Proteção Ip20; Vida Útil Mínima de 15.000 Horas; Nicho de Corte de 285mm; (Plafonier) | | Unidade | 100 | R\$ | R\$ |
| 18 | Lampada Spot; do Tipo Led Dicroica de Embutir Direcionável; No Tamanho Diâmetro de 8,5cm; Com Base No Formato Redondo; Com Alimentação Elétrica para Bivolt; Com Potência Nominal de 7w; Temperatura de Cor 6500k; | | Unidade | 250 | R\$ | R\$ |
| 19 | Canaleta; Em Pvc Auto Extinguível; Formato Retangular; Com Tampa Arredondada Nas Laterais, Tampa Reta No Centro Da Canaleta; Fechada; Nas Dimensões 20 x 10 Mm; Minicanal; Com Comprimento de 2 Metros; Na Cor Branca; Sem Divisória; Fita Adesiva de Alto Poder de Fixação; Será Utilizada Em Passagem de Cabos de Dados, Voz e Energia; de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes; Com Recorte Fechado e Encaixe Frontal do Tipo Mola; | | Peça 2 Metro | 200 | R\$ | R\$ |
| 20 | Cabo Elétrico; Cobre; 10 Mm; Cap Termoplástica Anti-chama; 450/750 V; Flexível; Vermelho | | Rolo 100 Metros | 20 | R\$ | R\$ |
| 21 | Cabo Elétrico; Fios de Cobre Eletrolítico Nu, Tempera Mole, Encordoamento Classe 5; Seção Nominal 6mm²; Isolação de Composto Termoplástico Não Halogenado; Tensão de Isolação 450/750v; Temperatura de Serviço 70°C; Cor Azul Claro; Conforme Normas Nbr Nm 280 e 13248, Com Certificação Compulsória Inmetro; | | Rolo 100 Metros | 40 | R\$ | R\$ |
| 22 | Fio Elétrico; Instalações Elétricas; Revestimento: Isolado Em Composto Termoplástico Polivinílico (pvc) Tipo Bwf; Material do Condutor Em Cobre Eletrolítico, Flexível; Seção Nominal Condutor 4 Mm²; Camada Isolante Pvc 70 Graus, Isolamento Termoplástico, Antichama, 750 V; Classe de Temperatura Classe Térmica: 70 Grc; Material Da Cobertura Em Pvc, Na Cor Vermelha; Conforme Norma Técnica Nbr Abnt Vigentes; | | Rolo 100 metros | 50 | R\$ | R\$ |
| 23 | Fio Elétrico; Instalações Elétricas; Material do Condutor Cobre Eletrolítico, Tempera Mole, Classe Encordoamento 1; Seção Nominal Condutor 2,5 mm²; Camada Isolante Tensão Isolação 450/ 750v; Classe de Temperatura Em Regime Permanente 70°C; Material Da Cobertura Pvc Bwf Antichama, Cor Branca; Conforme Norma Técnica Nbr Nm 247-3 e Nm 280, Com Certificação Compulsória Inmetro; | | Rolo 100 Metros | 50 | R\$ | R\$ |
| 24 | Boia Elétrica; Controle do Nível de Água Em Caixas D'água, Pocos e Cisternas; Controle de Nível Inferior Ou Superior; Em Polipropileno Com Grau de Proteção Ipx8; Mecanismo Eletromecânico Isento de Mercúrio; Capacidade de 15a Com Carga Resistiva Em 250v; | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--|--|---------|-----|-----|-----|
| 25 | Peca de Reposicao para Ventilador; Chave Interruptora, para Ventilador de Parede, Com Tecla de Velocidade Minima, Media e Maxima; Liga e Desliga; Ventilador de Parede 50cm; | | Unidade | 50 | R\$ | R\$ |
| 26 | Rele Eletrico Em Polipropileno, Tipo Fotoeletrico, 1000 W, 127 /220v | | Unidade | 200 | R\$ | R\$ |
| 27 | Multimetro; Em Plastico Resistente; Categoria Iv-600v; Digital; Portatil; Visor Lcd; Com Faixas de Medicao Automatica; Tensao True Rms Ac de Ate 1000v e Tensao Dc de Ate 1000v, Com Frequencia de Ate 1mhz; Faixas de Corrente Ate 10 a e Ate 400 Ma; Medicao de Resistencia de Ate 40m Ohms; Testes de Diodo e Continuidade Audivel, Seguranca/conformidade Norma Iec 1010; 1 Nanofa 500 Microf (desvio: 10%); Acompanha: Jogo de Pontas de Prova e Manual de Operacoes Em Portugues; Estojo para Transporte e Armazenamento; Garantia Minima de 12 Meses; Acondicionado Em Material Apropriado Que Garanta a Integridade do Produto | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| 28 | Interruptor Eletrico; Termoplastico; de Embutir; 01 Secao Paralelo + Tomada; Com Uma Tecla + Tomada; Na Cor Branca; Placa de 4 x 2 Polegadas; Com 10a/220v; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Conforme Normas Abnt Nbr Vigentes; | | Unidade | 100 | R\$ | R\$ |
| 29 | Luminaria de Led; Em Liga de Alumínio; para Poste de Via Publica, Formato Pétala, Com Fotocelula; Medindo Aproximadamente (303x156x770)mm=(lxaxc); Acabamento Em Pintura Eletrostatica Na Cor Cinza Ou Preto; Potencia de 200w; Bivolt Automatico; Fluxo Luminoso Minimo de 20.000 Lumens; Temperatura Da Cor Minima de 6000k a 6500k; Fator de Potencia Minimo de 0,95, Irc Minimo de 70; Grau de Protecao Ip 66; Vida Util Minima de 50.000 Horas; para Postes de 3 a 20m de Altura e Braco de 48 a 60mm de Diametro; Rele Fotoeletrico Padrao Nema; de Acordo Com Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes; | | Unidade | 50 | R\$ | R\$ |
| 30 | Luva de Seguranca; Em Borracha Isolante Classe 2, Tipo Ii; No Tamanho 10-10,5 (m); para Protecao de Usuario de Servicos Com Eletricidade (resistente a Ozonio),deverá Resistir a Tensão Máxima de Uso de 17000vca; Cano Comprimento Minimo 356 Mm; Com Punho do Mesmo Material; Dorso Normal; Palma Lisa; Sem Forro; e Suas Condicoes Deverao Atender a Norma Nbr 10622/89, Com Selo do Inmetro; Devera Ter Certificado de Aprovacao do Ministério do Trabalho, Embaladas Por Par Em Envelope Plástico, Dentro de Caixa de Papelão; | | Par | 20 | R\$ | R\$ |
| 31 | Talabarte de Seguranca; Confeccionado Em Fita de Poliester Primaria de 45mm; do Tipo Duplo Em y Contra Quedas; Medindo Comprimento Maximo 0,90 M; Com 2 Conectores Dupla Trava Confeccionados Em Aco, Abertura de 55+-3mm Classe A; e 1 Conector Dupla Trava, Confeccionado Em Aco Comabertura de 16 + - 3mm, Classe T; | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--|--|-----------------------|-----|-----|-----|
| 32 | Lubrificante Aerosol; Liquido; Utilizado Em Lubrificacao e Protecao de Pecas Metalica, corrosao Ferrugem, Desgate, Desengripante; Composto de Destilado Alifatico e Oleos de Petroleo, inibidor de Corrosao e Propelente; Nao Deve Conter Clorofluorcarbono (cfc); Propriedades Ponto de Fulgor 55 Grau Celsius, Densidade 0,82; Embalado Em Lata Metalica Acompanhada de Canudo Prolongador; | | Frasco 300 Mililitros | 100 | R\$ | R\$ |
| 33 | Trena; Fita de Fibra de Vidro Revestida Em Vinil; Caixa Em Plastico Abs; Tipo Aberta, Com Manivela P/ Recolhimento Da Fita Clipe Metalico Na Ponta Da Fita, Cabo Anatômico; Medindo 100 M; Largura Aproximada 13 Mm; Graduacao Em Milimetro, Polegada e Metro; | | Unidade | 5 | R\$ | R\$ |
| 34 | Trena; de Fita de Aço; Trena de Extensao, graduacao Em Mm, Cm e M; ; Acondicionada Em Caixa Plastica(abs), freio Auxiliar e ,sistema Amortecedor de Impacto; Comprimento 5m (16'); Material Aço e ABS de Alto Impacto; Graduação Métrica e Polegadas; Largura 19,05mm (3/4") | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| 35 | Trena; Fita de Aço Cronoacetinada, prumo Em Latao Macico, formato Cilindrico e Ponta Conica; de Profundidade, milimetrada; 10 Metros; Acondicionada Em Embalagem Plastica; | | Unidade | 10 | R\$ | R\$ |
| 36 | Ventilador; Tipo de Parede; Medindo 60 Cm de Diametro; C /grade Protetora Metalica Pintada Em Epoxi; Na Cor Preta; Com 3 Pas de Nylon; Velocidade Gradual; Bivolt, 110 /220v; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses; | | Unidade | 150 | R\$ | R\$ |
| 37 | Equipamento para Melhoria Da Qualidade Da Agua; Purificador de Agua; Gabinete Em Plastico Atoxico; Instalado Em Ponto de Consumo; para Entrada de Agua Pre Tratada; Retencao de Particulas: Classe c = 5 a 15 Micras; Reducao de Cloro Livre; Sem Eficiencia Bacteriologica; Com Vazao Maxima de Trabalho Recomendada de 60 L/h Agua Gelada: Fornecimento de Aprox 1.25 L/h; Pressao Maxima 50 Mca; Pressao Minima 5 Mca; Voltagem 220 V, Potencia 90 W, Refrigeracao Por Compressor, Termostato Regulavel Externo; Vida Util Da Unidade Condicionadora Minima de 06 Meses Ou 3000 L; Com 2 Torneiras, Medindo (410x312x357)mm (axlxf) Aproximadamente; Pesando Aprox. 11 Kg; Conforme Normas Nbr/abnt e Legislacao Vigentes; Certificacao Compulsoria do Inmetro; | | Unidade | 20 | R\$ | R\$ |
| 38 | Bebedouro Eletrico; de Tipo Industrial; Gabinete Em Aço Inox 430, Isolamento Em Poliuretano; Materia Prima Frontal Em Chapa de Aço Pintado Na Cor Branca; Com Tres Torneiras Em Antimonio, Acionamento Rapido, Acabamento Cromado; Sendo Desmontaveis para Higienizacao; Reservatorio Em Aço Inox 430, Com Capacidade de 100 Litros; Com Serpentina Em Aço Inox e Isolamento Em Poliuretano, Compressor Hermetico de 1/4 Hp, Com Gas Ecologico; Medindo Aproximadamente 0.52 m de Altura, 0.72 m de Largura, 0.42 m de Profundidade; para Uso Externo e Interno, Com Grau de Protecao Ipx4; Com Tensao de Alimentacao de 110 V, | | Unidade | 20 | R\$ | R\$ |

| | | | | | | |
|----|--|--|-----------------------|-----|-----|-----|
| | Com Potencia de 105 Watts; Certificacao Compulsoria do Certificacao Compulsoria do Inmetro; e Garantia de No Minimo 12 Meses; | | | | | |
| 39 | Escada; Aluminio; Tipo Articulado, 4x4; Medindo Medindo No Minimo 1,20m de Altura (fechada), Altura Estendida de No Minimo 4,23 m; Com 16 Degraus, Sendo 4 Partes de 4 Degraus; No Minimo 07 Posicoes de Uso Mais Uma Posicao Compacta; Degrau Em Degrau Em Aluminio; Com Capacidade 150 Kg; No Minimo 07 Posicoes de Uso Mais Uma Posicao Compacta; 12 Meses; | | Unidade | 5 | R\$ | R\$ |
| 40 | Maquina de Gelo; Automatica, para Fabricacao de Gelo Em Cubos; Em Aco Inox Aisi 304; Medidas Maximas: (170 x 100 x 100)cm= (a x l x P); Producao Minima 150 Kg/24h; Com Temperatura Da Agua Em Entrada Nao Superior A25 Graus; Deposito Com Capacidade Minima 145 Litros; 220v, 60 Hz; Garantia Minima 12 Meses | | Unidade | 4 | R\$ | R\$ |
| 41 | Eletroduto Corrugado, Em Pvc; Com Diametro de 3/4 Polegada; para Instalacoes Embutidas Em Parede; Antichama; Na Cor Laranja; Classe Reforcada; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes; | | Rolo 50 Metros | 100 | R\$ | R\$ |
| 42 | Globo; de Vidro Leitoso; para Ser Utilizado Como para Ser Utilizado Como Protecao de Lampada Em Poste para Jardim; Com Encaixe do Tipo Com Encaixe Tipo Parafuso; Devendo o Globo Ser Entregue Com Devendo o Globo Ser Entregue Com Colar e Parafusopara Fixacao; No Tamanho Diametro de 30cm e Boca de 15cm; | | Unidade | 50 | R\$ | R\$ |
| 43 | Eletrodo de Solda; Composicao: C=0,06%, Si=0,22% e Mn=0,37%, E6013; Diametro 2,5mm; Tipo: E6013; Comprimento 350mm; Conforme Classificação Asme Sfa 5.1; caixa contendo 5 Quilogramas | | Quilograma | 48 | R\$ | R\$ |
| 44 | Cal hidratada para pintura (caiação); Composta predominantemente por hidróxidos de cálcio e/ou magnésio, podendo conter carbonatos e óxidos residuais; Aspecto físico em pó; Cor branca; Aplicação em construção civil, inclusive para pintura (caiação); Devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7175; Com fornecimento de Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme ABNT NBR 14725; Embalagem original, lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. | | Saco de 8 Quilogramas | 400 | R\$ | R\$ |
| 45 | Mini Disjuntor; Tripolar; 63a; Curva de Disparo C; Cap de Interrupcao 10ka (230/380vca) Conf Nbr Nm 60898, 15ka (230/380vca) Conf Nbr Iec 60947-2; Com Encaixe para Trilho Din 35mm; | | Unidade | 30 | R\$ | R\$ |
| 46 | Mini Disjuntor; Tripolar; 32a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 10ka (127/220vca), 6ka (220 /380vca), Conforme Nbr Nm 60898-1; Com Encaixe para Trilho Din 35mm; | | Unidade | 50 | R\$ | R\$ |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|--|--|---------|----|-----|-----|
| 47 | Mini Disjuntor; Monopolar; Corrente Nominal 25a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 5ka (127/220vca) / 3ka (220/380vca); Fixacao Por Trilho Din 35mm; Conforme Nbr Nm 60898-1, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | | Unidade | 50 | R\$ | R\$ |
| 48 | Mini Disjuntor; Monopolar; Corrente Nominal 16a; Curva de Disparo C; Capacidade de Interrupcao 5ka (127/220vca) / 3ka (220/380vca); Fixacao Por Trilho Din 35mm; Conforme Nbr Nm 60898-1, Com Certificacao Compulsoria do Inmetro; | | Unidade | 50 | R\$ | R\$ |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3.1 O órgão gerenciador será a Academia de Polícia Militar do Barro Branco;

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4.1. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.1.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.1.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.

4.1.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

Dos limites para as adesões

4.1.6. As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.

4.1.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento (s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

7. Negociação dos preços registrados

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1 O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. Das penalidades

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. Condições gerais

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a **emissão de nota de empenho**, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o fornecedor, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.3. O fornecedor terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

11.4.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma) via(s), que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2 se houver.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADALBERTO GIL LIMA MENDONCA

Cel PM - Autoridade Competente



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I -** instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;
- II -** aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III -** aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- IV -** aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

- I -** sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1** - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2** - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1** - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2** - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES

Secretário da Segurança Pública

De: Fabricio Soares/PMESP/BR

Para: UGE152-DSACG, UGE153-DEC, UGE154-CPI-6, UGE155-CPI-1, UGE156-CPI-7, UGE157-CPI-2, UGE158-CPI-3, UGE159-CPI-4, UGE160-CPI-5, UGE164-CIAP, UGE168-CPCHQ, UGE172-RPMON, UGE173-CAvPM, UGE174-APMBB, UGE175-ESSgt, UGE176-ESSd, UGE177-CPAM-6, UGE178-CPAM-7, UGE179-CPAM-8, UGE180-DL, UGE182-DP, UGE183-DTIC, UGE184-CORREG, UGE185-CPAM-1, UGE186-CPAM-2, UGE187-CPAM-3, UGE188-CPAM-4, UGE189-CPAM-5, UGE194-CIPM, UGE195-CMM, UGE196-CPTran, UGE197-CPRV, UGE198-CPAMB, UGE199-CCB, UGE220-CMED, UGE223-CPAM-9, UGE224-CPAM-10, UGE322-CODONT, UGE323-PMRG, UGE340-CMB, UGE341-EEF, UGE352-CPI-8, UGE353-CPAM-11, UGE362-CPI-9, UGE363-CPAM-12, UGE373-CPI-10, UGE378-CIAF, UGE379-CCOMSOC, UGE381-1BPRv, UGE382-2BPRv@PMESP, UGE383-3BPRv, UGE384-4BPRv, UGE385-5BPRv, UGE388-COPOM, UGE372-CAES

cc: Andre Mauricio De Melo Bastos/PMESP/BR, CESAR AUGUSTO CAMILO PILEGGI/cesarpileggi/PMESP/BR@PMESP, ALANA SANTOS ALVES PEQUENO/alanasa/PMESP/BR@PMESP, LUCAS RIBEIRO DE PAULA/lucasribeiro/PMESP/BR@PMESP, JULIANA DE PINHO ROJAS/julianarojas/PMESP/BR@PMESP

Data: Sexta-feira, 06 De março De 2026 02:27 PM

Assunto: Regulamentação da aplicação de sanções previstas na Lei federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 06 de março de 2026.

MENSAGEM/NOTES Nº DF-015/10/26

Do Chefe da Divisão de Assessoria Técnica

Ao Srs. Dirigentes de UGE.

Assunto: Regulamentação da aplicação de sanções previstas na Lei federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública.

Interessado: Todas as UGE da U.O. 180.04 - PMESP.

Anexo: Resolução SSP-05/2026, publicada no D.O.E em 02MAR26.

Referência: 1) Lei Federal nº 14.133/21;

2) Decreto-lei Federal nº 4.657/42, arts. 20 e 30 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - que preconiza a segurança jurídica e a motivação dos atos das autoridades públicas;

3) Lei Estadual nº 10.177/98 - Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Estadual.

1. Incumbiu-me o Sr. Diretor de Finanças de informar a V. S.^a que o Sr. Secretária de Segurança Pública, em seu turno, editou a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no D.O.E. em 02MAR26, que ora segue apensado, a ser utilizado pela Administração (no âmbito da SSP/SP) para **a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021**, estabelecendo diretrizes que devem nortear os processos sancionatórios e de responsabilização instaurados para apuração de infrações praticadas em processos licitatórios ou contratos administrativos.

(See attached file: Resolução SSP-005_2026.pdf)

2. Neste trilha, é pertinente registrar que as determinações contidas na

resolução **aplicam-se, a partir de sua publicação**, à apuração das infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados no âmbito das **Unidades Gestoras Executoras (UGE)** subordinadas à respectiva pasta, incluindo a **Unidade Orçamentária da Polícia Militar (UO 180.04 - PMESP)**, sempre que submetidas ao regime jurídico da **Lei de Licitações e Contratos Administrativos (LLCA)**.

3. Dessa forma, para todas as **licitações** ou **contratações diretas com disputa eletrônica** que ainda **não tenham sido publicadas** no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como para as **contratações diretas sem disputa** cujo **termo de contrato ou instrumento substitutivo ainda não tenha sido celebrado**, **deverá ser realizado o saneamento dos autos**, mediante a **juntada de cópia integral da presente resolução**. A resolução, ao ser incorporada, **passará a integrar o edital e seus anexos**, ou o **termo de contrato (ou documento substitutivo)**, e **disciplinará a aplicação das sanções administrativas** em todas as contratações celebradas sob o regime jurídico da LLCA no âmbito desta Unidade Orçamentária.

4. Para tanto, registra-se que, no momento do preenchimento das **minutas de documentos padronizados** - em especial editais, avisos de contratação e termos de contrato - o servidor responsável deverá **adotar redação que faça remissão à utilização da referida resolução**, sugerindo-se a seguinte formulação:

“A sanção de multa será calculada em conformidade com em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo”

5. Doravante, o **licitante**, o **contratado** ou qualquer **pessoa física ou jurídica** (doravante denominado *acusado*) que mantenha vínculo de natureza obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), ficará sujeito às **sanções administrativas previstas no art. 156 da LLCA**, caso pratique qualquer das infrações administrativas elencadas no art. 155 do mesmo diploma legal ou previstas no edital de licitação e nos documentos que o integram. As disposições aplicam-se igualmente às **contratações diretas**, tanto na fase pré-contratual quanto na fase contratual, conforme as regras estabelecidas na resolução.

6. Ademais, cabe ao **agente de contratação**, ao **gestor do contrato** ou a quem detenha atribuição para acompanhar sua execução **comunicar à autoridade competente** a conduta atribuída ao acusado. A autoridade, por sua vez, decidirá sobre a **instauração de processo sancionatório** destinado à aplicação das **sanções não restritivas** (advertência e multa), bem como sobre a **instauração do processo de responsabilização** quando se tratar de **sanções restritivas** (impedimento de licitar e contratar com o Estado e declaração de inidoneidade).

7. O **Processo de Responsabilização**, assim como qualquer procedimento destinado à apuração de infrações praticadas em processos licitatórios ou contratos administrativos, **deve ser instaurado, sem exceção, no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo (SEI/SP)**, nos termos do Decreto Estadual nº 67.641/2023 e do art. 19, § 2º, da Resolução nº SSP-05/2026.

Atenciosamente,



Anexos:

Resolução SSP-005_2026.pdf